

# piauí\_190

julho

## A VEZ DO SUS

Breno Pires revela as fraudes que o orçamento secreto está patrocinando na saúde pública

## Por dentro do TSE

Marina Dias conta como o tribunal se prepara para enfrentar o golpe

## Lavanderia de boi

Como os frigoríficos compram gado de terra ilegal, por Allan de Abreu

## Gatti, a inconformista

O trabalho inovador de uma cientista sobre a Amazônia, por Giovana Girardi

## Na aldeia de Gaules

Filipe Vilicic reconstitui a história do *gamer* mais influente do país

## Desfile doidão

Erika Palomino apresenta as fotos estonteantes de Vincent Rosenblatt

## Uma vontade de chorar

Djuena Tikuna se despede de Bruno Pereira e Dom Phillips

## E mais:

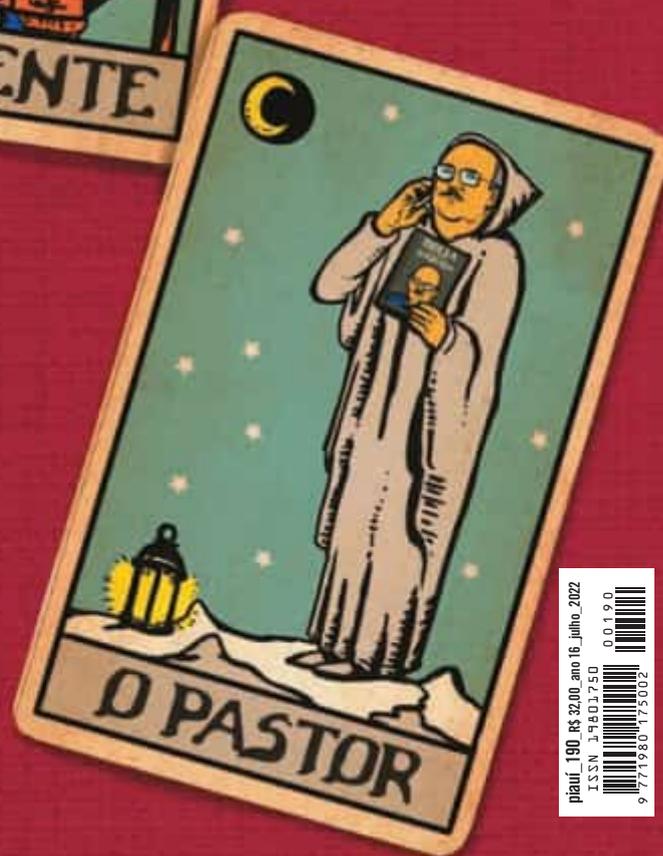
Olhem para as baleias, por Amia Srinivasan

A França no banco dos réus, por Madeleine Schwartz

Xangô na batalha, por Márcia Maria Cruz

A nova ficção de Ignácio de Loyola Brandão

Quatro poemas de Gianni Gianni



piauí\_190\_R\$ 32,00\_ano 16\_julho\_2022

ISSN 2480-7250

0.0190

9 771980 175002

## autos de denúncia

# FARRA ILIMITADA

Depois dos tratores e das escolas *fakes*, o orçamento secreto patrocina um festival de fraudes no SUS

BRENO PIRES

**N**o seu casebre de pau a pique, Rosimar Conceição da Silva, de 51 anos, está recostada numa cadeira, com o Sol entrando pelas frestas e se esparando entre o chão de terra e a taipa. Desconectada da vida lá fora, ela descreve seu sonho. “O que nós queríamos aqui, assim, era um doutor muito bom, mesmo, para cuidar bem da gente. Principalmente esse negócio de osso.” Seu marido, Francisco dos Ramos, dois anos mais velho, quebrou as duas clavículas há oito meses e ainda geme de dor. “Nós queríamos um doutor que fizesse o exame dele, de botar ele naquelas máquinas, assim, de bater o exame dele completo. Isso que era o meu sonho, de fazer isso com ele, para descobrir o que ele tem.”

Naquela tarde de um domingo de junho, no município de Bela Vista do Maranhão, Francisco dos Ramos conta que levou um tombo da carroça e foi arrastado no asfalto pelo burro. “E aí, senhor, ele me deu francamente uns cinco coices nas costelas. Estou todo

inflamado por dentro. Dia eu como bem, dia eu como mal, porque dói por dentro. Até a água dentro de mim dói.” Rosimar da Silva, quando precisou de médico por problema nos pulmões, teve que recorrer a uma consulta particular. “Minha menina se agonizou e aí ela fez um empréstimo. Eu fiz os exames todinhos em Santa Inês, aqui pertinho. Tudo foi uns 700 ou 800 reais, né?” A menina é Elisângela Silva, sua filha de 24 anos, mãe de três filhos.

O desamparo da família não é uma exceção no interior do Maranhão, o estado mais pobre do Brasil, mas um dado chama a atenção. No ano passado, Bela Vista recebeu 5,5 milhões de reais em verbas de emendas parlamentares para pagar exames e consultas com profissionais especializados, gastos que fazem parte da chamada atenção de “média e alta complexidade” – ou MAC, no jargão da saúde. É bastante dinheiro. É mais do que receberam as secretarias de saúde de onze capitais, entre elas Florianópolis, Natal, Vitória, Belém e Manaus.

Considerando que Bela Vista tem apenas 11,3 mil habitantes, os 5,5 milhões resultam numa média de 490 reais per capita – quantia muito superior à média nacional, de 20 reais por habitante.

Há dois meses, a **piauí** começou a investigar o caso de Bela Vista para entender por que a cidade recebia tanto dinheiro e o sistema de saúde não apresentava melhora significativa. Examinando as planilhas com os valores destinados à cidade pelo Orçamento da União, a revista identificou que Bela Vista, mais uma vez, não é uma exceção. Outras cidades receberam verbas per capita até mais altas no ano passado. No município de Afonso Cunha, por exemplo, o valor per capita passou de 520 reais. Igarapé Grande levou a medalha de ouro: 590 reais por habitante. Nenhuma outra cidade do Brasil, entre capitais ou interior, conseguiu tanto dinheiro per capita.

Numa coincidência rara, todas essas cidades com altos valores per capita ficam no Maranhão, estado que concentra pouco mais de 3% da população

brasileira. Dos 10 municípios recordistas, 9 são maranhenses – o estranho no ninho é Barretos, em São Paulo, onde parte do dinheiro vai para o Hospital de Amor, o antigo Hospital de Câncer, uma das instituições filantrópicas mais conhecidas do país. Entre as 30 cidades brasileiras mais bem aquinhoadas por habitante, o Maranhão emplaca 23. Mais notável ainda é que a fatia do Maranhão nas verbas de saúde vem crescendo em ritmo acelerado. Em 2020, o estado ficou em sétimo lugar no ranking nacional. No ano passado, subiu para a quinta posição, atrás apenas de estados maiores: Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Agora, contabilizadas as liberações feitas até o mês de junho, o Maranhão está no topo.

Em 2015, mediante uma mudança na Constituição que tornou obrigatório o pagamento das emendas orçamentárias individuais, os deputados e senadores passaram a ter o direito de mandar verbas da saúde para os municípios de sua escolha, mas com um limite: o valor das re-



EBERTO NOGUEIRA, IMA FOTOGRAFIA, 2022

No centro de saúde de Pedreiras (MA), a funcionária Conceição Benigno exhibe dentes extraídos. Segundo os números informados pela prefeitura, eis aí a cidade mais banguela do Brasil

messas não pode ser superior à quantia que o município informou ter gastado no ano anterior. Como então os parlamentares fazem emendas tão polpudas para cidades maranhenses? Conferindo os dados do Departamento de Informática do SUS (Datasus), a **Piauí** identificou que os municípios estão informando que seus gastos tiveram um salto de um ano para o outro, o que eleva o teto do que podem receber no ano seguinte. Em 2019, São Raimundo das Mangabeiras, que fica na parte Sul do Maranhão, tinha um faturamento de 213,6 mil reais em assistência ambulatorial. No ano seguinte, incluindo gastos hospitalares, o teto subiu para 4 milhões. São Bernardo, situada na divisa com o Piauí, pulou de 720 mil reais para 4,2 milhões. Santa Quitéria do Maranhão tinha um limite de 280 mil reais, que, no ano seguinte, disparou para 4,6 milhões. “Aumentos assim, de dez a vinte vezes em apenas um ano, é algo que nunca vi”, espanta-se Maria Angélica Borges dos Santos, professora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Ela explica que quedas abruptas até acontecem, quando quebra um aparelho, por exemplo. Mas saltos assim, não.

Cruzando dados dos relatórios de atendimentos médicos no SUS, a **Piauí** encontrou a explicação para a disparada dos tetos: as prefeituras estão apresentando números fictícios de serviços de saúde. Santa Quitéria do Maranhão,

por exemplo, parece ter se tornado uma incrível máquina de consultas, testes de sangue, exames de fígado e – recorde nacional – testes de HIV. Os números que a prefeitura informou ao SUS:

\*96,8 mil atendimentos de urgência por médicos especializados em 2020, o que equivale a quase quatro atendimentos por habitante, um padrão nórdico. Em 2019, um ano antes, o número de atendimentos especializados foi zero.

\*45,2 mil consultas médicas – um ano antes, nenhuma.

\*49 mil dosagens de colesterol (quase duas por habitante) e 52,8 mil exames para identificar lesões no fígado (mais de dois por habitante).

\*59,8 mil eritrogramas (um tipo de exame de sangue) que Santa Quitéria do Maranhão nunca fizera antes, nem voltou a fazer no ano seguinte. Apenas três cidades brasileiras fizeram mais eritrogramas que Santa Quitéria.

E, por fim, o dado mais espantoso:

\*3 101 exames Western Blot, usados para confirmar diagnósticos de infecção pelo vírus HIV. Com seus 25,8 mil habitantes, Santa Quitéria do Maranhão conseguiu bater a cidade de São Paulo, que, com 12,4 milhões de habitantes, realizou 2 976 testes do tipo.

A análise dos relatórios de atendimentos enviados ao SUS mostra que as cidades do Maranhão dobraram seus números entre 2018 e o ano passado. É o único

estado em que isso aconteceu. Com dados tão inflados, as cidades do Maranhão, sozinhas, estão recebendo mais recursos para a saúde do que o destinado a outras unidades da federação. Bacabal, por exemplo, com seus 105 mil habitantes, ficou com 13 milhões de reais no ano passado, superando os 12,8 milhões de reais destinados ao Distrito Federal, cuja população passa de 3 milhões de pessoas.

Pela geografia financeira e política, o esquema é uma conexão direta entre Brasília e as cidades do interior do Maranhão. No nível municipal, montou-se uma máquina de exames e consultas fantasmas, listando serviços de saúde que as prefeituras, na verdade, jamais prestaram. No nível federal, abastecendo o esquema com milhões de reais, está o orçamento secreto, aquele instrumento que o governo de Jair Bolsonaro criou para comprar o apoio no Congresso, principalmente dos integrantes do Centrão, o núcleo mais fisiológico do Parlamento. Desde que sua existência foi revelada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em maio do ano passado, o orçamento secreto já apareceu no escândalo das máquinas agrícolas e tratores superfaturados. Depois, estrelou os desvios no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que levaram à prisão do ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, e de dois pastores envolvidos. Todos foram soltos no dia seguinte.

Agora, o novo escândalo do orçamento secreto é na área da saúde. Em maio passado, o jornal *O Globo* começou a tratar do assunto em uma reportagem na qual mostrou que o governo Bolsonaro havia entregado o controle das verbas da saúde para os aliados no Congresso, que, por sua vez, vinham turbinando os recursos do Fundo Nacional de Saúde via orçamento secreto. De 2019 a 2021, informou o jornal, as verbas do FNS cresceram 112% e o grosso do dinheiro é destinado para os redutos eleitorais de caciques do Centrão. O que não se sabia é que há um outro fluxo das verbas que percorre um notável circuito de fraudes: as prefeituras falsificam informações ao SUS para inflar seu teto orçamentário, os parlamentares mandam verbas no volume inflado e o município recebe uma bolada – mas não termina aí.

Uma parte das verbas – que em alguns casos pode chegar a até 30% do total dos recursos enviados à prefeitura – vira o que os corretores de propina em atividade no Congresso Nacional chamam de “volta”. A “volta” é a quantia de dinheiro que a prefeitura devolve ao parlamentar que assinou a emenda beneficiando o município. É uma propina paga com verba da saúde. “Ninguém fala porque é preciso ter provas concretas, mas a ‘volta’ é voz corrente no Congresso”, diz um deputado, que já ocupou altos postos de comando na Câmara. Às vezes, a “volta” faz parte do acordo desde o início. Outras vezes, a cobrança chega sem aviso prévio, na base da extorsão. O deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA) é investigado pela

Policia Federal pelo uso de grupos armados na hora de extorquir prefeitos.

A existência da “volta” explica por que há parlamentares que gostam tanto do orçamento secreto, pois a identidade do autor da emenda não é divulgada. É um plano engenhoso, que oferece recursos à farta e anonimato garantido. A **Piauí** procurou todos os dezoito deputados, os três senadores do Maranhão e cinco parlamentares que, em algum momento, exerceram mandato nesta legislatura, para perguntar quanto cada um mandou de verbas ao estado por meio do orçamento secreto. Dos 26 acionados, 21 não quiseram informar os dados ou não deram retorno. Dois – os deputados Bira do Pindaré (PSB) e Márcio Jerry (PCDOB) – informaram que não enviaram nenhum recurso. Os outros três – André Fufuca (PP), Hildo Rocha (MDB) e Rubens Pereira Júnior (PT) – disseram ter feito emendas no valor de 30,7 milhões, 13,2 milhões e 8 milhões, respectivamente. Como até agora o Maranhão já atraiu 918 milhões de reais somando-se todos os pagamentos do orçamento secreto na saúde desde 2020, fica faltando explicar a autoria de 866 milhões de reais.

No plano municipal, tudo começou em Igarapé Grande, uma pacata cidade de 11,5 mil habitantes na região central do Maranhão, situada a 300 km de São Luís. Em 2018, os atendimentos MAC na cidade estavam em 123 mil. No ano seguinte, quando o orçamento secreto dava seus primeiríssimos passos em Brasília, explodiram para 761 mil. Só as consultas com especialistas bateram em 385 mil, o que dá uma média de 34 consultas por habitante, um padrão que supera o recorde mundial, estabelecido pela Coreia do Sul, onde a média anual chega a 17 consultas por habitante. Com a profusão de exames e consultas fantasmas, Igarapé Grande aumentou muito seu teto orçamentário e conseguiu atrair 3,9 milhões de reais do orçamento secreto em 2020. Nesse mesmo ano, voltou a inflar seus números. Chegou a informar que fez mais de 12,7 mil radiografias de dedo de mão – ficando atrás apenas de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Assim, em 2021, conseguiu ainda mais recursos do orçamento secreto: 6,7 milhões, o que lhe valeu a medalha de ouro no per capita nacional.

O sucesso de Igarapé Grande logo contagiou a vizinha Bernardo do Mearim. Na eleição municipal de novembro de 2020, os bernardenses elegeram Arlindo de Moura Júnior Xavier (PDT) para prefeito. Ele é irmão de Erlanio Xavier, o prefeito de Igarapé Grande, e Bernardo do Mearim aderiu ao esquema de imediato. De janeiro a outubro de 2020, a prefeitura registrara 2 240 consultas especializadas. Nos dois últimos meses do ano, porém, já com Júnior Xavier eleito, as consultas dispararam para 235,6 mil, atingindo uma média exorbitante de 39 consultas por habitante no ano. Com isso, a prefeitura ampliou seu teto de gastos para 3 milhões



# MUSEU DO FUTEBOL

Estádio do Pacaembu - SP

Terça a domingo | 9h às 18h

Garanta seu ingresso pela internet:

[www.museudofutebol.org.br](http://www.museudofutebol.org.br)



MUSEU DO FUTEBOL | TEMPORADA 2022  
BESSE

PATROCÍNIO MASTER: FABRICO DE MÓVEIS

CONSERVAÇÃO

REALIZAÇÃO



FUNDAÇÃO DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de reais e, no ano seguinte, recebeu o teto. A parte mais significativa – 2,5 milhões – veio do orçamento secreto. “Hoje nós temos ginecologista, mastologista, ortopedista, pediatra, fisioterapeuta, assistente social, fonoaudiólogo. Nós temos otorrino. Nós temos em torno de umas dezessete especialidades”, disse o secretário da Saúde, Francisco da Conceição Moraes, de 46 anos, na tarde de uma quinta-feira de junho. No mesmo dia, a **piauí** visitou o hospital municipal. Encontrou apenas um clínico geral. Por volta das 17 horas, a revista se preparava para visitar a Unidade Básica de Saúde quando foi informada de que as atividades já haviam sido encerradas.

Com o exemplo de Igarapé Grande e Bernardo do Mearim, outras cidades maranhenses tomaram o mesmo caminho. De 2018 para 2019, Bom Lugar, que nem tem hospital, aumentou em 1.300% seus procedimentos de alta e média complexidade. Paulo Ramos também registrou aumento de 1.300%. De 2019 para 2020, a cidade de Luís Domingues saltou 39.000%. No município de Governador Luiz Rocha, foram 12.500%. Considerando o período que vai de 2019 a 2021, o esquema virou uma epidemia. Nesse período, 66 cidades maranhenses registraram, pelo menos uma vez, um aumento anual de 500% ou mais no número de procedimentos MAC. Trinta delas aumentaram mais de 1.000%.

A conexão entre Brasília e as prefeituras maranhenses opera com eficiência quase automática: no momento em que o novo limite sobe, o total das remessas sobe junto. Bacuri, 18 700 habitantes, inflou seus gastos de 394 mil reais para 7,5 milhões no ano passado. Registrou tantas consultas com especialistas – 954 mil no total – que cada habitante teve direito a uma consulta por semana. O fato é que o superfaturamento de dados em 2021 já rendeu seu prêmio nas liberações do orçamento secreto feitas em junho: caíram 7 milhões de reais na conta da prefeitura de Bacuri.

Em alguns casos, a conexão se dá por laços sanguíneos – e com a mesma eficiência. A prefeitura de Miranda do Norte registrou um aumento excepcional de atendimentos (de 95 mil para 1,1 milhão) em 2021 e elevou seu teto (de 1,1 milhão de reais para 10 milhões) para o ano seguinte. Na leva de liberações ocorridas em junho, a prefeitura gabaritou: recebeu 10 milhões de reais, acertando na mosca o novo limite. De certo modo, foi uma operação doméstica. Angélica (PL), prefeita de Miranda do Norte, é mãe do deputado federal Junior Lourenço (PL-MA), que, por sua vez, é um dos autores das emendas que chegaram aos 10 milhões.

O festival de verbas criou situações esdrúxulas. Pedreiras, que fica a cinco horas de São Luís e tem 39 mil habitantes, informou que, no decorrer de 2021, realizou 540,6 mil exodontias, o nome técnico da extração dentária. Para chegar a tanto, Pedreiras teria que ter arrancado catorze dentes de cada morador.

É quatro vezes mais exodontias do que fez toda a cidade de São Paulo. A roda não para: nos primeiros quatro meses deste ano, já foram mais 220,4 mil extrações – o que, feitas as contas, dá dezenove dentes extraídos por habitante, mais ou menos a metade da arcada dentária de todos os moradores. A prefeita Vanessa Maia (Solidariedade) é enfermeira de formação, usa aparelho dentário, tem um sorriso largo e, aparentemente, é uma exceção municipal: possui todos os dentes. Procurada para explicar por que administra a cidade mais banguela do país, a prefeita não respondeu as ligações da **piauí**.

Na tarde de uma quinta-feira de junho, a reportagem encontrou a dentista Jaurilene Xavier, que atende num centro de saúde, e lhe perguntou sobre a incidência de extrações dentárias na cidade. “Antigamente, tinha mais procura por exodontia, mas agora não está tendo muito. São duas consultas, às vezes nenhuma por dia. É assim”, disse ela, sem ser informada dos números que a cidade apresentou ao SUS. A funcionária Conceição Benigno, que trabalha no posto, exhibe uma bandeja com dentes extraídos – poucos, se comparados aos números da prefeitura. Em seu gabinete, o coordenador de Saúde Bucal de Pedreiras, Michel Sousa, contou que há vinte equipes de dentistas atuando na cidade e nos postos de saúde na zona rural, além de seis dentistas no Centro de Especialidades Odontológicas. Mas Sousa estimou que a média de extrações dentárias é de duzentas por mês. Pelos números inflados de Pedreiras, só nos quatro meses deste ano a média já bateu em 55 mil extrações mensais.

No dia 24 de março, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, foi o convidado de honra em um encontro organizado pela Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), em São Luís. Entre os prefeitos, estava Erlanio Xavier (PDT), de Igarapé Grande, a pioneira em archar o orçamento secreto. Xavier comanda a Famem. Também estava Vanessa Maia, a prefeita da cidade banguela. Outro que compareceu foi Luciano Genésio (PP), prefeito de Pinheiro, que dois meses antes fora alvo de uma operação da Polícia Federal por desvio de verbas do SUS. (Os agentes investigam uma licitação de 38 milhões de reais em que a prefeitura contratou duas empresas – o Posto Kiefer e a Ingeo Ambiental – suspeitas de pertencer ao próprio prefeito e seu irmão, Lúcio André.)

A festa para receber Lira também contou com a presença de parlamentares que dão expediente em Brasília. Entre eles, estavam os senadores Roberto Rocha (PTB-MA) e Weverton Rocha (PDT-MA), um político bastante influente no circuito das prefeituras dos dados-fantasma. Outro que estava presente é o deputado Juscelino Filho (União-MA), um parlamentar tão próximo de Lira que ganhou o cargo de relator do orçamento

de 2021. Na ocasião, a prefeita Vanessa Maia, a da cidade banguela, entregou a Lira um compilado das demandas do seu município, pedindo mais verbas. Mas o momento mais aguardado foi o discurso do presidente da Câmara.

Em sua fala, Lira disse mais ou menos o que todo político poderoso diz aos aliados, mas, quando se sabe o que as cidades maranhenses andam aprontando, suas palavras soaram esclarecedoras. “Essa reunião aqui vai acontecer justamente para que a gente possa discutir um pouco com os prefeitos do Maranhão, para fazer essa interface que o Weverton sempre faz, que a gente tem que estar sempre se comunicando, sempre tem que estar aberto ao diálogo, sempre tem que estar sensível às pautas e saber medir as ações, para que a Casa de Leis que é o Congresso Nacional, tanto o Senado como a Câmara, possam acertar mais do que errar, contribuir mais do que atrapalhar”, disse. Mas contribuir com o quê? Lira respondeu: “Para que os prefeitos tenham mais capacidade de investimento na saúde, na educação, em todas as áreas estruturantes que a população mais carente sempre precisa.”

Um mês antes, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que controla 5,5 bilhões de reais do Senado no orçamento secreto neste ano, teve um compromisso semelhante, em Imperatriz do Maranhão, a segunda maior cida-

de do estado. Estavam presentes o senador Weverton Rocha e o prefeito Erlanio Xavier. A plateia não escondia a animação, porque o senador vinha anunciar o envio de recursos federais para a cidade. Em seu discurso, Pacheco foi direto ao ponto que interessava: “Imperatriz sofreu com o problema das chuvas, tendo muitos bairros castigados e que precisam ter o nosso apoio pelo Senado Federal, assim como a educação e a saúde do município. Muito mais que visitar e conhecer a cidade, viemos firmar esse compromisso com a população, no sentido de poder contribuir com realizações efetivas.” Foi aplaudido. Em um ano e quatro meses no comando do Senado, Pacheco pouco viajou para os estados.

A **piauí** perguntou a Pacheco por que o Maranhão ganhou tanta proeminência na distribuição dos recursos e quais outros estados que o senador visitou para fazer anúncios de investimento em saúde. Em nota, Pacheco disse o seguinte: “Os recursos destinados aos municípios levam em conta critérios definidos pelas bancadas dos respectivos estados. Na visita que fiz a Imperatriz, acompanhado pelos senadores maranhenses Weverton e Roberto Rocha, presenciei a necessidade e o compromisso feito de 7,5 milhões de reais para obras em comunidades carentes do município. Sobre os demais recursos, não tenho informações.”

4ª EDIÇÃO

Programação gratuita

CABÍRIA FESTIVAL

Por mais mulheres e diversidade nas telas e atrás das câmeras

27 - 30 jul | CCSP  
27 jul - 3 ago | online

cabiria.com.br

FILMES • ESTUDOS DE CASO • WORKSHOP

PATROCÍNIO: [Logos]

PARCERIA: [Logos]

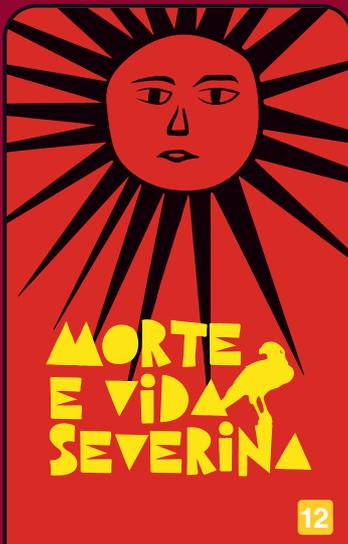
PARCERIA CULTURAL: [Logos]

APOIO EM MÍDIA: [Logos]

REALIZAÇÃO: [Logos]

# TUCA

Teatro da Universidade Católica



12

## Morte e Vida Severina

**De** João Cabral de Melo Neto  
**Direção** de Elias Andreato  
**Músicas** de Chico Buarque  
**Direção musical** de Marco França  
**Com** Dudu Galvão, Andréa Bassitt, Badu Morais, Beatriz Amado, Fernando Rubro, Gabriella Brito, Ivan Vellame, Jana Figarella, João Pedro Attuy, Jonathan Faria, Pablo Ascoli, Patrícia Gaspar e Raphael Mota.

Sex e Sáb às 21h00  
 e Dom às 19h00 | TUCA



16

## Longa Jornada Noite Adentro

**De** Eugene O'Neill  
**Direção** de Sergio Módena  
**Com** Luciano Chirulli, Gustavo Wabner, Bruno Sigrist e Mariana Rosa.

Sex e Sáb às 20h30  
 e Dom às 18h30 | TUCARENA

ingresso online



Mais informações  
 Rua Monte Alegre, 1024 - Perdizes  
 (11) 3670-8456 | 3670-8455

www.teatrotuca.com.br

Chama a atenção que a drenagem de verba do orçamento secreto tenha se concentrado no Maranhão porque a bancada do estado não tem peso político expressivo no Congresso, nem se sabe que “critérios técnicos” excepcionais os parlamentares maranhenses descobriram para atrair tanto dinheiro. O Maranhão é o destino dos maiores valores do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao custeio de atenção básica e do MAC, mas é também o campeão nacional de repasses de emendas do orçamento secreto em todas as áreas. Aqueles 918 milhões de reais em saúde que o Maranhão atraiu até agora são um feito e tanto. Deixa o estado atrás apenas de Minas Gerais, a unidade da federação com o maior número de municípios no país e na qual o senador Rodrigo Pacheco fez sua carreira política.

O volume e o método maranhenses sugerem a existência de uma coordenação central, uma organização voltada para administrar a operação. Quem entende do riscado em Brasília diz que a escolha do Maranhão faz sentido como disfarce porque o estado vinha sendo governado por um político de esquerda – Flávio Dino, que deixou o governo em março e trocou recentemente o PCDOB pelo PSB. “O Maranhão não é um estado que está no radar da fiscalização da imprensa no geral”, diz o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), autor de um requerimento de abertura de impeachment por causa do orçamento secreto que, até hoje, reuniu só 78 assinaturas. Segundo ele, chamaria mais a atenção se o esquema bombasse em Alagoas ou no Piauí. Arthur Lira, que neste ano controla 11 bilhões de reais do orçamento secreto, é de Alagoas. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, o senador licenciado que funciona como posto avançado do orçamento secreto no Palácio do Planalto, é do Piauí.

O elemento central do orçamento secreto é, justamente, o segredo, um aspecto que reforça o poder de Lira. O deputado poderia ter divulgado todas as autorias de emendas em novembro do ano passado, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os repasses até que tudo fosse divulgado. Como a penumbra amplia sua margem de manobra, Lira relutou muito até aceitar dar publicidade de uma parte das emendas. Aproveitou para fazer propaganda. “Hoje em dia, todas as emendas são cadastradas em um site público. Se isso é secreto, não sei então o que é aberto”, disse, em abril passado, ao jornal *O Globo*.

Informada de que a suspensão das emendas poderia ter efeito catastrófico para os municípios – sobretudo, na área da saúde e educação –, a ministra Rosa Weber, juíza do caso, voltou a liberar as emendas em dezembro passado, sob o compromisso de que o Congresso adotaria mais transparência. Na época, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu que o tribunal presumisse a

boa-fé dos parlamentares. Em abril, na mesma entrevista ao *Globo*, Lira prometeu: “As informações serão fornecidas ao Supremo.” Mas, até hoje, nem a boa-fé de Pacheco nem a promessa de Lira saíram do papel. No Brasil inteiro, a identidade dos parlamentares que distribuíram 27 bilhões de reais segue desconhecida, oculta atrás da alcunha “usuários externos”. Nem a boa-fé da ministra Rosa Weber sabe quem são.

Se depender de Lira, ficará pior. Diante das pesquisas mostrando uma liderança consistente de Luiz Inácio Lula da Silva na corrida presidencial, o deputado já começou a se movimentar para não perder o controle do orçamento secreto em 2023, no caso de uma vitória petista. Hoje, o relator-geral do orçamento é a única figura com poder para determinar quais parlamentares farão emendas na fatia secreta do orçamento – as chamadas de RP9, no jargão da burocracia parlamentar. Agora, Lira está correndo para incluir outros dois nomes no processo de decisão: o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os titulares desses cargos são, respectivamente, o deputado federal Celso Sabino (União-PA) e o senador Marcos do Val (Podemos-ES). Os dois são do Centrão. Os dois apoiam Bolsonaro. Em um parecer, Do Val propôs uma agravante: quer que as emendas do orçamento secreto se tornem impositivas. Ou seja: o governo, que hoje pode bloquear o pagamento para reequilibrar seu caixa, ficará obrigado a pagá-las.

O senador Weverton Rocha, indagado sobre a relevância do seu estado nas emendas, festejou: “Fico feliz de saber que houve aumento de repasses para o Maranhão, e acho que isso reflete um trabalho bem-feito de todos os parlamentares em busca de recursos para o nosso estado que é muito pobre e precisa muito.” Informado sobre os números exorbitantes de atendimentos nos municípios, voltou a festejar – “se houve aumento de procedimentos também considero isso um dado positivo” – e eximiu-se: “Quem determina o teto do que cada município recebe é o Ministério da Saúde, que também é o responsável por fazer as aferições e validações do valor pago mensalmente.”

Procurado pela *piuí*, o deputado Arthur Lira não respondeu.

A existência da “volta” – o nome da propina do orçamento secreto – ganhou consistência pública no dia 11 de março passado, quando a Polícia Federal fez uma operação de busca e apreensão em três endereços de deputados do PL, o partido de Bolsonaro. Um deles era do deputado Josimar Maranhãozinho, aquele do bando armado que extorquiu prefeitos. Para obter a autorização do Supremo Tribunal Federal para a operação, o delegado Roberto Santos Costa descreveu o que investigava: uma “verdadeira

organização criminosa voltada para a compra de emendas parlamentares destinadas às ações de saúde dos municípios maranhenses”.

As suspeitas foram reforçadas em uma operação anterior, na qual os policiais acharam uma anotação manuscrita com indícios de que o deputado Bosco Costa, do PL de Sergipe, enviara 4,1 milhões de reais para a prefeitura de São José de Ribamar e, em troca, cobrou propina de 25% sobre o total – pouco mais de 1 milhão de reais. A polícia localizara trocas de mensagens de WhatsApp em que Maranhãozinho pede a Costa seus dados bancários para fazer o depósito. Costa envia os dados da conta de sua mulher e, depois, Maranhãozinho manda o comprovante de um depósito de 40 mil reais. A polícia estranhou que um deputado do Sergipe estivesse mandando dinheiro para o Maranhão.

As investigações também encontraram suspeitas de que coube ao empresário Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan, a tarefa de bater na porta da prefeitura de São José de Ribamar para cobrar a propina. Outro investigado é o comerciante João Batista Magalhães, cuja presença no caso remete às esferas mais altas do Congresso. Na época das mensagens e do depósito, Magalhães ocupava o cargo de assessor do líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (PL), que, apesar de ser do Tocantins, mandou 30 milhões de reais para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no Maranhão. Indagado sobre a razão do depósito em sua conta, o deputado Bosco Costa acionou seu advogado. “Isso será apresentado no momento oportuno”, disse o advogado Mário Magalhães. Maranhãozinho não respondeu as mensagens da *piuí*.

Na operação policial de março passado, os agentes encontraram 200 mil reais em dinheiro vivo na residência de João Batista Magalhães. Os achados reforçaram a convicção inicial do delegado Santos Costa, expressa ao STF: “Esse estado [refere-se ao Maranhão] pode ter se tornado um ‘paraíso’ para o desvio de emendas parlamentares.” O mais notável, porém, é que, para entender o enredo, a própria polícia teve dificuldades por uma razão: o orçamento secreto é secreto. A PF escreveu: “Apesar de aparentemente estarmos diante de emendas provenientes de um orçamento secreto, à luz da impossibilidade de delimitação da autoria até mesmo em consulta *in loco* aos sistemas do Ministério da Saúde [...], conversas encontradas no celular do deputado federal Josimar Maranhãozinho [tornaram] possível desvendar quem são os autores das emendas investigadas.”

O prefeito Arquimedes Bacelar (PDT), de Afonso Cunha, cidade de 6,6 mil habitantes, se incomoda com a presença de repórteres. Assim que sou-

be que a **piauí** estava na cidade para avaliar as ações na área da saúde, disse pelo telefone celular que não queria falar nada e perguntou qual “adversário político” estava por trás da visita. Mas sua irmã, Analídia Bacelar, titular da Secretaria de Saúde, fez questão de contar como o município conseguiu 4,7 milhões de reais em 2021. “É garimpar, como a gente chama. É garimpar recursos. É buscar e ir pegar. É como se fosse buscar ouro. É fazer uma busca mesmo. Na hora certa, o orçamento abre”, disse. Quem faz esse trabalho, segundo ela, é o seu irmão. “Ele sabe o caminho das pedras.”

Afonso Cunha informou ao SUS que fez 221,4 mil consultas com especialistas em 2020 – 33 por habitante. É uma centena de vezes mais do que o registrado no ano anterior. (Em 2021, subiu ainda mais: 356 mil consultas, chegando a uma média espetacular de 54 por habitante.) Também informou que fez exatamente 11 391 ultrassonografias transvaginais, um exame preventivo que costuma ser feito anualmente. Dá seis exames transvaginais por ano para cada mulher com 15 anos ou mais. E informou ter feito exatamente 11 391 ultrassonografias de próstata via abdominal no ano – média de dezessete para cada homem com 40 anos ou mais. Em 2021, a prefeitura deu um número ainda maior e – mais uma vez – idêntico para os dois

procedimentos: 18 474 transvaginais e 18 474 exames de próstata.

Segundo a secretária de Saúde, o esforço de “garimpar” emendas ultrapassa os limites do Maranhão. Afonso Cunha, diz ela, recebeu recursos enviados até por uma deputada do Pará. “Não lembro o nome dela, mas é do Pará.” Ela exhibe a Unidade Básica de Saúde, que acabou de passar por uma reforma. A secretária está acompanhada por um rapaz que se apresentou como secretário de Obras, encarregado de fotografar e filmar todos os movimentos da reportagem. Ela é expansiva e parece à vontade para falar. Mostra a sala de trabalho onde a equipe da prefeitura preenche os dados de procedimentos e envia para o SUS. “Aqui é o coração”, anuncia. A certa altura, não se inibe de revelar que as consultas médicas são prestadas por profissionais vinculados ao governo do estado – o que, naturalmente, não deveria constar nos dados informados ao SUS como serviço oferecido pela prefeitura. É mais um indício de que os dados levados ao SUS não são regulares.

Nas catorze cidades maranhenses que a **piauí** visitou, todas com um histórico de exames e consultas inexistentes para atrair milhões de reais, são poucos os sinais de progresso no sistema de saúde. Às vezes, um posto de saúde passou por uma reforma, como aconteceu em Afonso Cunha. Ou um centro de espe-

cialidades médicas foi inaugurado, como em Paulo Ramos. Ou a prefeitura passou a realizar tomografias, como em Igarapé Grande. Mas o grosso do dinheiro está em algum outro lugar.

Em Bacabal, que recebeu 22,4 milhões do orçamento secreto desde o ano passado para atendimentos do MAC, a empresária Maria do Carmo Xavier tem uma pequena confecção, que vem atraindo o interesse da região. Ela já fechou contrato com dez cidades das redondezas, num total de 15 milhões de reais, segundo registros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). Sua empresa, no entanto, não parece ter tanto sucesso. A **piauí** visitou a confecção. Xavier estava trabalhando em pleno domingo e mostrou as modestas instalações. “Para o senhor ver, não é nada projetado, porque fui fazendo de pouco”, disse ela.

Xavier explica que chegou aonde está com sacrifício. “Porque nunca tive condição. Nunca tive 1 milhão de reais.” Mas nem agora, que está atraindo tantos contratos? “Eu me aperto para fazer meus pagamentos. Por isso que meu marido é triste. O senhor não tem ideia... Ultimamente eu vivo fazendo empréstimo. Já fiz quatro. Graças a Deus ainda tenho crédito.” Os contratos de Xavier saíram por meio de licitações, mas ela não sabe como se dá a participação de sua confecção. “Como não enten-

do de licitação, toda vez que eu ia, eu perdia. Aí, um dia, o Jefferson chegou e conversou comigo.” Jefferson – cujo sobrenome ela não lembra – passou a ser o encarregado das licitações.

Somente a Secretaria de Saúde de Bacabal fez contratos de 4,6 milhões com a confecção de Xavier para compra de uniformes, camisetas, lençóis e bonés, entre outros serviços de malharia. Na cidade vizinha de Paulo Ramos, o reduto eleitoral do deputado federal André Fufuca, presidente nacional do Progressistas, a confecção tem contrato de perto de 1 milhão para fornecer artigos de malharia. Mas Xavier diz que nunca viu tanto dinheiro assim. O microempresário Josimar de Oliveira também tem contrato com a Prefeitura de Paulo Ramos, de acordo com dados do TCE. Pelo contrato, de 386 mil reais, Oliveira fornece “peças, acessórios e derivados” para a frota de veículos da Secretaria de Saúde. O endereço oficial da empresa é a residência de sua mãe. Quando recebeu a **piauí**, ela telefonou para o filho para que ele falasse com a revista. Travamos o seguinte diálogo:

- O senhor tem uma empresa de peças e acessórios de carros?
- Tenho.
- O senhor tem algum contrato com a Prefeitura de Bacabal?
- Não tenho, não. Tenho contrato nenhum, não.

# MAIOR E VACINADA

**piauí** DONA DO  
SEU PRÓPRIO  
NARIZ

A **piauí** agora está vinculada ao Instituto Artigo 220, uma associação sem fins lucrativos criada para garantir o exercício do jornalismo independente, rigoroso e apartidário. Uma iniciativa inédita no Brasil.



– E na região, nos municípios próximos? Paulo Ramos, por exemplo?

– Não. Tenho, não.

– O senhor nunca foi fornecedor da prefeitura?

– Não. Particpei de uma licitação, mas não ganhei, não.

– Quando foi isso?

– Faz dias já. Agora, vá logo ao assunto... Que história é essa, que está muito mal contada, aí?

A suspeita de desvio de dinheiro na saúde já vem produzindo algumas batidas da Polícia Federal. Em abril passado, agentes federais miraram na Droga Rocha, uma fornecedora de insumos hospitalares e medicamentos sediada em Teresina, suspeita de desviar 8,5 milhões de reais da Prefeitura de Santa Inês, no nordeste do Maranhão. A polícia investiga a hipótese de que a Droga Rocha pagou propina ao prefeito de Santa Inês, conhecido como Felipe dos Pneus (Republicanos). Os investigadores descobriram que, entre agosto e novembro do ano passado, o prefeito recebeu 761 mil reais em depósitos feitos por uma empresa criada dois meses antes. Felipe dos Pneus chegou a ser afastado do cargo, mas já voltou.

Nos últimos anos, a Droga Rocha assinou contratos com mais de cinquenta prefeituras maranhenses, incluindo algumas que entraram no circuito de inflar consultas e exames. Uma delas é a Prefeitura de Coelho Neto, cujos atendimentos

MAC subiram 573% de 2020 para 2021. Antes disso, em 2019, Coelho Neto assinou contrato de 5,9 milhões de reais com a Droga Rocha para fornecimento de medicamentos e material médico-hospitalar e odontológico. Miranda do Norte, cujos atendimentos saltaram quase 1.100% de um ano para o outro, também tem contrato com a Droga Rocha. São 2,2 milhões de reais para fornecer remédios.

A Polícia Federal também investiga a Dimensão, uma distribuidora de medicamentos, sob suspeita de desvios na saúde. De 2020 em diante, a Dimensão fez contrato com 97 prefeituras do Maranhão, incluindo as do esquema de consultas e exames inexistentes. Com Igarapé Grande, são contratos de 3,1 milhões de reais. Com Bela Vista, 1,3 milhão. Com Bernardo do Mearim, 780 mil. Santa Quitéria, 240 mil. Em Bom Jardim, a Dimensão, ao lado de outra empresa, a Distrimed Comércio e Representações, ganhou uma licitação de 11 milhões de reais na área da saúde. O então prefeito da cidade, Francisco Alves de Araújo (PSC), chegou a ser afastado do cargo pelo Tribunal de Justiça por irregularidades nessa mesma licitação. (A Distrimed é velha no ramo: já foi alvo de operação da Polícia Federal por desvio de recursos do sus em 2012. Nos últimos três anos, fez contratos que somam 31,9 milhões de reais com trinta prefeituras maranhenses.)

A Dimensão, entretanto, é um caso à parte. Seu proprietário é Jadyel Alencar, pré-candidato a deputado federal neste ano pelo Piauí. Em 2017, Alencar foi condenado a três anos e meio de reclusão por compra e venda de soro fisiológico roubado da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (Sesapi). Ele recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mas o recurso ainda não foi julgado. Sua mulher, Taciane Torres, também faz sucesso com as prefeituras do Maranhão. Dona da Odonto Shop, ela tem contratos de pelo menos 24 milhões de reais com dezoito municípios maranhenses. Apesar do seu envolvimento com a Polícia Federal, Alencar é prestigiado. O ministro Ciro Nogueira, da Casa Civil, postou uma foto ao lado de Alencar no Instagram. Na imagem, os dois estão abraçados, sorrindo.

Até hoje, o Ministério da Saúde, mesmo recebendo um cartapácio de números inflados de dezenas de cidades do Maranhão, não deu um alarme de fraude. “Isso mostra que o Ministério da Saúde está desestruturado na área de controle para impedir que problemas graves como esses aconteçam”, diz Francisco Funcia, vice-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde e consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde. A aplicação dos recursos do sus é fiscalizada por funcionários do Departamento Nacional de Auditoria (Denasus), que tem representantes em todos os estados e no Distrito Federal. Até 2017, o Denasus realizava em torno de 1,3 mil auditorias e atividades de controle por ano. Mas, de lá para cá, o número desabou. Em 2019, foram apenas 351. Em 2020, só 208. No ano passado, 151.

Num sinal de como as coisas estão escancaradas, o sus recebe – e aprova – números que as prefeituras não se arriscam a apresentar para o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. O município de Paulo Ramos, por exemplo, registrou no sus gastos de 6,8 milhões de reais em 2020 com atendimentos do MAC. No balanço que enviou ao TCE-MA, no entanto, os valores não chegam a 1,4 milhão. Bela Vista informou ao sus um gasto de 5,7 milhões no ano passado. No TCE-MA, anotou só 1,3 milhão. O município de Governador Luiz Rocha foi mais longe. Informou ao sus uma despesa em atendimentos ambulatoriais do MAC da ordem de 2 milhões de reais, mas não apresentou nenhum gasto para o tribunal. (Ainda assim, agora em junho, o orçamento secreto premiou Governador Luiz Rocha com nova bolada de 2 milhões.)

O governo do estado do Maranhão diz que fica de mãos atadas. “A Secretaria de Saúde só pode tomar a iniciativa de fiscalizar recursos estaduais”, diz o ex-secretário de Saúde, Carlos Lula, que deixou o cargo em abril e hoje é pré-candidato a deputado estadual pelo PSB. “O que é recurso federal eu só posso fiscalizar a partir da solicitação do próprio Ministério da Saúde.” Diante dos valores despachados para os municípios do Ma-

ranhão, Carlos Lula recomenda uma providência. “É urgente colocar uma lupa na destinação desses recursos”, diz ele, que não gosta da ideia de ver parlamentares distribuindo recursos da saúde. “Uma hora um parlamentar vai colocar um tomógrafo e a cidade não tem condições de manter o maquinário. Esse tipo de coisa leva ao desperdício porque o interesse do parlamentar é prover saúde para sua base eleitoral, mas a lógica do sus não é municipal, é regional.”

Informado sobre os dados levantados pela piauí, o deputado federal Jorge Solla (PT-BA) ficou espantado. “Eles mostram a destruição completa dos arranjos de financiamento do sus”, disse. “Hoje nós temos duas categorias no sus. De um lado, as instituições, municípios, estados e hospitais que têm padrinhos parlamentares ligados ao governo Bolsonaro e, de outro, os que não têm padrinhos ou que os padrinhos não são da base do governo. Daí esses extremos absurdos.” Solla foi secretário de Saúde em Vitória da Conquista, depois secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde e, por fim, secretário estadual da Saúde do governo da Bahia. “É importante identificar quais são os interesses de quem faz essa mobilização de recursos. Obviamente, esses interesses devem estar alinhados com aqueles que dominam a chave do cofre do orçamento secreto.”

Enquanto os controles internos do sus não funcionam, os parlamentares, além de fazerem a farra de recursos, estão tentando intimidar o Tribunal de Contas da União, em Brasília. Chegaram a aprovar um requerimento no qual pediam que a corte de contas não suspendesse obras ou serviços sob suspeita de desvio de dinheiro. Quem liderou a iniciativa foi Celso Sabino, o presidente da Comissão Mista Orçamentária e homem de confiança de Arthur Lira. O requerimento é claramente inconstitucional – porque pede ao tribunal que não cumpra sua função constitucional – mas tem o efeito de constranger a atuação dos fiscais do TCU.

“A iniciativa é preocupante”, diz um ministro do tribunal, que pediu o anonimato porque não quer provocar a hostilidade dos parlamentares. “É tipo assim: ‘A gente não quer que paralise a obra mesmo com dano ao erário.’ Aí é muito perigoso.” Os técnicos do TCU interpretam que a ideia dos parlamentares é apenas manter funcionando um sumidouro de recursos, e não concluir a obra. “Em geral, uma obra com irregularidade grave a ponto de justificar a paralisação vai ser, mas cedo ou mais tarde, paralisada”, diz o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, que atua junto ao TCU. “Na prática, é tentar evitar o inevitável.”

A piauí procurou o Ministério da Saúde para saber por que os valores exorbitantes estavam sendo aprovados, se havia falha na fiscalização do Denasus e as razões da queda brusca nas auditorias. A revista também pediu uma avaliação a respeito do impacto que as irregularidades estavam tendo sobre o sus. Em um e-mail, o Mi-



**Museu da Língua Portuguesa**

Terça-Domingo | 9h-18h  
(última entrada às 16h30)  
Grátis para crianças até 7 anos  
[www.museudalinguaportuguesa.org.br](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br)

ministério tratou de outros temas: explicou o que são os recursos MAC, como as verbas são transferidas e como são definidos os limites. E completou: “Em 2021, durante um levantamento por amostragem da produção de serviços ambulatoriais [...] foram identificados alguns municípios com crescimento excessivo no registro de dados relativos à assistência ambulatorial, em um determinado período. As informações coletadas são avaliadas pela Auditoria-Geral do SUS para realização de auditoria.” A **Piauí** apurou que nenhuma auditoria foi aberta até agora e voltou a acionar o Ministério. Dois dias depois, a assessoria mandou uma nova nota dizendo que “o processo para auditoria sobre os dados dos municípios em questão será iniciado nos próximos dias”.

**A** farra maranhense patrocinada pelo orçamento secreto está ajudando a deformar o Sistema Único de Saúde, essa joia brasileira, criada na Constituição de 1988, sem a qual a pandemia de Covid no Brasil teria sido uma tragédia de dimensões ainda maiores do que foi. As verbas do SUS são definidas por gestores de saúde nos três níveis – municipal, estadual e federal – e levam em conta fatores demográficos, epidemiológicos e a capacidade instalada de cada cidade. Desse modo, cria-se um equilíbrio entre os quase 6 mil municípios brasileiros, evitando que uns recebam mais – ou menos – do que são capazes de administrar e gastar. A folia promovida pelos parlamentares desorganiza a distribuição dos recursos, sem falar das suspeitas de que parte das verbas acaba em bolsos privados.

Tanto que em 2020, no primeiro ano da pandemia, a maior emergência sanitária dos últimos cem anos, a saúde ficou com apenas 20% dos repasses do orçamento secreto. No ano seguinte, quando o Brasil passou pela fase mais dura da Covid, a saúde chegou a 46% das verbas. Mas só agora, já no período do pós-pandemia, quando a vacinação em massa reduziu enormemente as mortes e as emergências, o setor de saúde chegou a 90% das verbas.

O caso de Bela Vista do Maranhão, a cidade em que os pais de Elisângela carecem de cuidados médicos, é exemplo da desorganização eleitoreira. Em 2020, o SUS despachou 20 mil reais para a cidade, considerando seus critérios técnicos, os acordos com os gestores municipais e estaduais e, claro, seus limites orçamentários. Em Brasília, os deputados e senadores, recorrendo a dados-fantasma, fizeram emendas no orçamento secreto e despacharam 5,5 milhões de reais para a cidade em 2021. É um aumento de mais de 27.400% em relação ao remetido pelo SUS. Dinheiro à farta pode ser bem-vindo em qualquer sistema de saúde do Brasil, mas, mesmo na fartura, os critérios precisam ser técnicos. Uma diferença de 27.000% estoura qualquer planejamento. E, pior, a quantia não tem feito diferença significativa na saúde de

Bela Vista, como mostra a situação da família de Elisângela.

Em 2021, Bernardo do Mearim, a cidade que logo seguiu o exemplo da pioneira Igarapé Grande, recebeu 10.000% a mais de recursos do que o enviado pelo SUS. Serrano do Maranhão, no noroeste do estado, sequer estava habilitada a receber repasses do MAC até 2020. No ano seguinte, a cidade entrou na lista do SUS e, na época, foi contemplada com uma verba modesta, de 10,8 mil reais. Mas, no mesmo ano, o orçamento secreto mandou mais 2,8 milhões de reais, ou 26.000% mais do que a verba técnica do SUS.

A folia promovida pelos parlamentares não está ampliando o bolo de verbas existentes para a saúde. O bolo continua do mesmo tamanho. O que os parlamentares estão fazendo é redistribuir as fatias – e o fazem para premiar aliados ou, suspeita-se, para encher os bolsos de alguém. Em 2014, eles distribuíam 3% das verbas em saúde. Hoje, são 11%. “O crescimento das emendas na saúde está penalizando aquilo que é objeto de planejamento”, reclama Funcia, o consultor do Conselho Nacional de Saúde, fazendo eco à avaliação de Carlos Lula, o ex-secretário de Saúde do Maranhão. “As emendas comem os recursos que deveriam ir para ações coordenadas, definidas por gestores de saúde, e são usados para bancar interesses específicos dos parlamentares.”

Há evidências, inclusive, de que o dinheiro da saúde pode estar sendo usado em outras áreas. A **Piauí** teve acesso a dados mostrando que, entre dezembro do ano passado e março deste ano, a cidade de Afonso Cunha, aquela cujo prefeito sabe o “caminho das pedras”, transferiu 492 mil reais da conta de custeio do SUS para uma conta geral da prefeitura. Um decreto presidencial, baixado em 2011, proibiu esse tipo de transferência porque, uma vez depositado na conta geral, o dinheiro pode ser usado para qualquer outro fim que não o atendimento em saúde da população. Também há suspeitas de que algumas prefeituras estão fazendo outra operação não prevista em lei: usando recursos do SUS para pagar aposentadorias.

Marajá do Sena, a quarta cidade mais pobre do país, é um exemplo da deformação a que o SUS está sendo submetido. O acesso à cidade é por 23 km de estrada de terra, cheia de ladeiras. A cidade não tem hospital e conta apenas com cinco Unidades Básicas de Saúde. É comum que seus moradores recorram aos serviços de saúde das cidades vizinhas. Em fevereiro, a lavradora Antonia Cleude Silva Lima, de 45 anos, levou até o posto sua neta de 8 meses, que tinha febre e dores de barriga e garganta. Passou a madrugada de sábado esperando que a dipirona fizesse efeito. “De manhã, eu já peguei um carro mesmo, um pau de arara, e fui para Paulo Ramos com ela”, afirma.

Dois anos antes, ela conta que foi obrigada a fazer o mesmo com seu pai. “De repente, ele começou a baldear sangue.

A gente correu, levou para o posto. Deram dois comprimidos para ele botar debaixo da língua, mas depois de duas horas ele estava do mesmo jeito.” Silva Lima então o levou para a cidade vizinha, Lago da Pedra. Seu pai tivera um infarto e estava com hemorragia. Gastou 7 mil reais com atendimento particular, custo que seu irmão conseguiu bancar. O pai sobreviveu. “Podia ter sido tudo no SUS, mas não foi. Porque o SUS aqui para nós é diferente. É muito diferente”, diz. Apesar de tudo, somando-se todos os repasses desde o começo do orçamento secreto, Marajá do Sena só recebeu 863 mil.

**A** cidade de Santa Quitéria do Maranhão, aquela que inflacionou tanto os números que passou São Paulo em exames do vírus HIV, conseguiu o que queria em 2021: recebeu o teto de 4,6 milhões de reais. O inusitado é que, em vez de promover uma virada na saúde, os serviços médicos desabaram. Em vez dos 847 mil procedimentos do ano anterior – o número que serviu para explodir o teto –, os atendimentos caíram para 136 mil. As consultas com especialistas diminuíram sete vezes. Os atendimentos de urgência caíram 3,5 vezes. Com tanta redução, o gasto do município caiu para 887 mil reais, um quinto do ano anterior.

A lavradora Carlete Silva, de 23 anos, sentiu o descalabro da pior forma possí-

vel. Ela deu à luz às três da madrugada do dia 25 de maio. Gael nasceu com 2,8 kg no Hospital e Maternidade Municipal Dr. Zeca Moreira, o único de Santa Quitéria. Mas, logo depois do parto, o bebê apresentou sinais de desconforto respiratório. “Ele todo roxo. Eu falei para a enfermeira: isso não está normal, não”, conta Sara Silva, avó de Gael. No hospital, não havia pediatra, nem incubadora, nem UTI. Depois de oito horas sem conseguir estabilizar o recém-nascido, a equipe do hospital decidiu transferi-lo, mas não havia ambulância com UTI móvel e, para piorar a carência, o hospital regional, localizado na cidade vizinha de Chapadinha, tampouco tinha UTI neonatal.

Gael morreu enquanto era transportado para um hospital em Parnaíba, já no estado do Piauí, a cerca de 140 km de Santa Quitéria. Francisco Edson, o pai, acredita que faltou assistência médica e até hoje não se conforma com a demora do hospital em transferir seu filho para um lugar com mais recursos. Carlete quase culpa a si mesma. “Se eu tivesse tido ele em outro lugar, com UTI, essas coisas, talvez ele tivesse sobrevivido.” A Secretaria Municipal de Saúde, com o caixa supostamente abarrotado de dinheiro com a queda abrupta dos atendimentos, comprou uma incubadora dias depois da morte de Gael. Uma incubadora custa menos de 40 mil reais. ☹

**17º** Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo

**ABR^AJI**

3 a 7 de agosto

on-line e presencial

Inscrições abertas:  
[congresso.abraji.org.br](http://congresso.abraji.org.br)



REPORTAGEM

# Hospital da turma de Arthur





GÊNERO E DIVERSIDADE JUSTIÇA SOCIEDADE SOCIOAMBIENTAL TECNOLOGIA PODER EMPF

*E, no entanto, a instituição se afunda em dívidas e não tem dinheiro nem para pagar os salários*

2 de julho de 2023

14:09

Por [Alice Maciel](#), [Breno Pires](#), [revista piauí](#)

PODER

[Arthur Lira](#)

[corrupção](#)

[política](#)

[saúde pública](#)

O tradicional Hospital do Açúcar, em Maceió, criado na década de 1950 por usineiros e produtores de cana, passou por uma ampla reforma e reabriu suas portas em abril de 2019 com um novo nome: Hospital Veredas. É um prédio imponente, localizado em frente a um parque, com 264 leitos. Mas o que mais chama a atenção é seu enorme poder de atrair verbas públicas, sobretudo a partir de 2016. Em maio daquele ano, dias depois do afastamento da presidente Dilma Rousseff, o PP, o partido de Arthur Lira, assumiu o controle do Ministério da Saúde. Daí em diante, o Hospital Veredas recebeu uma quantia fabulosa: quase 1 bilhão de reais. Em repasses federais, foram 287 milhões. Em repasses estaduais, 271 milhões. E, em repasses municipais, mais 413 milhões. Com tanto



“É um montante altíssimo”, espantou-se José Wilton da Silva, presidente do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas. Ele já adiantou que fará uma análise detalhada dos repasses ao hospital e, se for o caso, vai propor uma auditoria nas contas do Veredas. “Precisamos saber por que o Veredas recebe mais do que os outros hospitais e por que tem uma dívida há muitos anos incontrolável.” O momento solene de abertura da torneira federal que começou a jorrar dinheiro para o Veredas em 2016 só aconteceu no ano seguinte, no dia 26 de julho de 2017.

Naquela data, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, PP do Paraná, esteve em Maceió para uma visita ao hospital, que ainda se chamava Hospital do Açúcar. Ao ministro, juntaram-se o deputado federal Arthur Lira e seu pai, o então senador Benedito de Lira, ambos do PP. Em uma solenidade, a trinca anunciou a liberação de 6 milhões de reais para o hospital. “Nós estamos muito felizes que, realmente, o Ministério da Saúde volta os olhos para essa casa, e com o apoio integral do senador Benedito de Lira e do deputado Arthur Lira”, festejou o presidente do hospital, o médico Edgar Antunes Neto. Era o dinheiro para a reforma que, dois anos depois, estaria concluída.

Antes de partir da solenidade em Maceió a bordo de um avião da FAB, o ministro Ricardo Barros fez questão de dizer que a liberação do dinheiro atendia uma demanda



pedido do deputado Arthur Lira, do senador Benedito de Lira. É muito importante que nós possamos recuperar o Hospital do Açúcar para um atendimento cada vez melhor da saúde de todo o povo de Alagoas”, destacou. Depois disso, veio o derrame de dinheiro público, que, só em verba federal, totalizou 287 milhões de reais.

Entre os hospitais filantrópicos de Maceió, o Veredas é o maior em número de leitos e de funcionários, superando a Santa Casa e o Hospital Sanatório. No entanto, atende menos gente e, portanto, tem custo menor. Os atendimentos ambulatoriais do Veredas são bastante inferiores aos da Santa Casa, por exemplo. Entre 2020 e 2022, a Santa Casa teve uma média anual de 378 mil atendimentos, contra apenas 67 mil do Veredas. Seus custos também são muito menores que os da Santa Casa. No ano passado, o custo dos atendimentos da Santa Casa registrados no SUS chegou a 32 milhões de reais, enquanto o do Veredas não passou de 7 milhões. Além dos atendimentos e dos custos, as internações também são menores. A Santa Casa fez 15 904 internações entre 2021 e 2022, contra 10 720 do Veredas. Os gastos do Veredas com internações ficaram abaixo até do que as despesas de duas instituições com estruturas até menores, como o Hospital da Mulher e o Hospital Universitário.

Mesmo assim, o Veredas é o destino final de muito



ministério, sobretudo nos setores que liberavam verbas. Em junho de 2021, o PP teve uma baixa no Ministério da Saúde: o então diretor do Departamento de Logística, Roberto Ferreira Dias, indicado pelo Centrão, foi demitido sob suspeita de pedir propina na compra de vacina contra a Covid-19. Mas o domínio do Centrão prevaleceu em cargos estratégicos e só começou a perder espaço com a posse do presidente Lula e a nomeação da ministra Nísia Trindade, que comandou por seis anos a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Por isso, o Centrão – no qual Arthur Lira e o PP são estrelas de primeira grandeza – insiste tanto em ocupar o Ministério da Saúde, cujo orçamento é de quase 190 bilhões de reais e está entre os maiores da Esplanada.

Se em Brasília a disputa pelo cofre da Saúde é acirrada, em Maceió o cofre do Veredas está dominado. Desde 2017, só aliados ou parentes de Arthur Lira administraram a massa de dinheiro destinada ao Hospital Veredas. De julho de 2017 a outubro de 2022, o cargo de diretor financeiro do hospital foi ocupado por Adeilson Loureiro Cavalcante, político ligado a Lira que já figurou em escândalos na Saúde. Com a saída de Cavalcante, o cargo passou a ser ocupado por Pauline Pereira, prima de Arthur Lira. Ela também ocupa uma das dezesseis cadeiras do conselho deliberativo do hospital, onde César



...o da turma, e o episódio dos recursos do pagamento

secreto em Maceió. César Lira, por sua vez, acumula o cargo no conselho do hospital com o posto de superintendente estadual do Inkra. O Inkra de Alagoas é a quarta unidade do instituto que mais recebeu pagamentos no país durante o governo Bolsonaro.

Apesar da fartura de recursos públicos, o Hospital Veredas encontra-se em graves dificuldades financeiras. Uma investigação conjunta da **Agência Pública** e da **PIAUÍ** mostra que o agravamento dos problemas do hospital coincide com o começo da gestão do PP no Ministério da Saúde, em Brasília. No último dia 16 de junho, os funcionários entraram em greve porque chegaram a ficar três meses sem receber salário neste ano e, até hoje, não receberam o décimo-terceiro do ano passado.

## FAÇA PARTE

Saiba de tudo que investigamos

O Ministério da Saúde, por meio de uma nota, informou



manifestar. Fica em aberto a questão central: como o hospital sob o comando da turma do deputado recebeu tanto dinheiro e não tem recursos nem para pagar salários?

**A Agência Pública** e a **piauí** identificaram contratações ligando o cofre do Hospital Veredas com escritórios de advocacia. Em 2 de fevereiro de 2018, por exemplo, o Hospital Veredas contratou o escritório do advogado Adriano Costa Avelino para atuar em processo de dívidas do hospital com a Eletrobrás. Apesar da crise financeira por que passava, o hospital firmou um contrato alto que previa o pagamento ao advogado em duas parcelas, independentemente do resultado da ação. Diz o contrato, ao qual a reportagem teve acesso: “Os valores pagos ao contratado (...) não estão sendo pagos em razão da apresentação de qualquer resultado ou condição, inclusive na hipótese de realização de acordo judicial e/ou extrajudicial, com ou sem redução de valores”.

Procurado pela reportagem, Avelino confirmou que recebeu os 2,8 milhões de reais e disse que o valor é proporcional ao montante do processo, avaliado na época em 32 milhões de reais. Advogados ouvidos pela **piauí** consideraram o valor do pagamento dos honorários elevado, e que o hospital poderia ter negociado um preço melhor, deixando um pagamento maior para o caso de



que houve um recurso e, desta etapa em diante, outros advogados começaram a atuar no processo. Conforme os autos do processo, Adriano Avelino passou a representar o hospital em 7 de maio de 2018, assumindo o lugar de Joaquim Pontes Miranda Neto. Dois anos depois, Pontes Miranda Neto reassumiu o caso em conjunto com Filipe Pedroza Antunes, conforme uma nova procuração assinada em outubro de 2019 por Edgar Antunes – presidente do Veredas e pai de Filipe Antunes –, mas que só foi anexada ao processo um ano depois, em 4 de outubro de 2020. “Eu continuo lá nos autos, mas a condução é feita por vários advogados”, disse Avelino.

Avelino é o advogado trabalhista de Arthur Lira. Desde 2013, já atuou em pelo menos onze processos trabalhistas em favor do deputado. Arthur Lira parece ter muita confiança em Avelino, tanto que tem feito campanha para que o advogado seja nomeado para uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A OAB está em fase de análise dos nomes inscritos para indicar seis deles ao TST, que depois formará uma lista tríplice da qual o presidente Lula deverá escolher um. Avelino é candidatíssimo.

A **Agência Pública** e a **piauí** pediram acesso aos balanços financeiros do Veredas, ou, pelo menos, informações sobre pagamentos a fornecedores e escritório de advocacia. mas o hospital não quis fornecer.



2018, por exemplo, contratou o advogado Eduardo Martins, filho do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins. Entre 2018 e 2019, Eduardo assinou quatro petições no processo em que o Veredas pede imunidade tributária por ser uma entidade filantrópica. Procurado pela reportagem, Eduardo achava que havia atuado pelo hospital “dez anos atrás”, mas, apresentado às petições mais recentes, reconheceu que se equivocou. Ele não quis informar os valores que recebeu.

O Veredas também já contratou a advogada Roberta Maria Rangel, mulher do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal. Seu escritório, o Rangel Advocacia, atuou numa ação movida pelo Veredas junto ao Conselho Nacional de Justiça, órgão que fiscaliza o Judiciário. Na ação, o hospital alegou que um desembargador de Alagoas perseguia a fundação que administra o Veredas em razão de desavenças com Edgar Antunes, o presidente do hospital, mas perdeu a causa. Procurada pela reportagem, Rangel confirmou sua atuação no processo e não comentou os honorários. “Os dados devem ser preservados por imposição contratual e legal”, disse ela, por meio de sua assessoria.

Diante da falta de informações do hospital e de advogados, não é possível estimar quantos milhões de reais foram gastos com honorários enquanto a entidade



Filipe Pedroza Antunes, de 29 anos, não é o único membro da família do presidente do Veredas com vínculos com o hospital. Outro filho de Edgar Antunes, Edgar Leahy Antunes, 41 anos, é membro do conselho deliberativo do Veredas. O empresário Rodrigo Pedroza Antunes, 27 anos, também filho do presidente, já trabalhou no hospital, conforme registros a que a reportagem teve acesso. Uma filha, Karine Leahy Antunes, também trabalha no Veredas. Hoje, tem uma clínica de odontologia, instalada num terreno do hospital. Por fim, Marcos Pedroza, cunhado de Edgar que, por coincidência, tem o mesmo sobrenome, é chefe de gabinete do presidente do hospital. Procurado, Edgar Antunes não retornou aos contatos da reportagem.

O apadrinhado de Arthur Lira que por cinco anos dirigiu as finanças do Veredas é Adeilson Loureiro Cavalcante, ex-secretário de Saúde de Maceió e ex-diretor administrativo do Hospital Sanatório, uma instituição filantrópica, assim como Hospital Veredas. Em 2011, seu nome apareceu numa lista dos denunciados pelo Ministério Público Federal no âmbito de uma acusação de falcatrua no Hospital Sanatório. Os denunciados eram suspeitos de participar de um esquema que expedia guias de exames que nunca foram feitos no hospital. Com isso, recebiam reembolsos do SUS sem ter feito gasto algum. Nos exames de mamografias – todos fictícios – constavam



Em 2016, o deputado Arthur Lira indicou Cavalcante ao cargo de secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde em Brasília. Logo, ele ganhou o dom da onipresença. Em 2017, virou conselheiro e diretor financeiro do Veredas, na época em que a instituição começava a receber o alto fluxo de verbas públicas. Como a lei proíbe o acúmulo desses cargos, o então ministro Ricardo Barros anunciou que Cavalcante podia ocupar os cargos em Maceió, pois estava “licenciado” do seu posto no Ministério da Saúde, em Brasília. Na prática, ele continuava operando nas duas pontas. Uma consulta ao *Diário Oficial da União* mostra que Cavalcante assinou dezenas de documentos no segundo semestre de 2017. Procurado, Barros disse que “a nomeação é absolutamente regular” e acrescentou: “Quanto ao Ministério da Saúde não há absolutamente nada que não esteja 100% na regra nos fatos narrados”.

No dia 4 de outubro de 2018, Cavalcante assinou – na condição de ministro da Saúde substituto! – a portaria nº 3225, que habilitou o município de Maceió a receber 5 milhões de reais, com destino carimbado: o cofre do Hospital Veredas, onde Cavalcante continuava sendo conselheiro e diretor. A portaria não traz o nome do hospital, mas sim seu código de identificação: CNES 2006448. Teve mais: nos últimos dias do governo Temer em 2018, quando já estava de saída do Ministério da



cancelados. O Veredas tinha completado o bingo do impedimento técnico para receber o dinheiro: Segundo o despacho de cancelamento, o hospital “não apresentou estatuto; ata de eleição da diretoria; certidões do FGTS, SRF/PGFN, INSS, Receita Estadual, Receita Municipal. Declaração de Funcionamento Regular. Inadimplência no CADIN”. A reportagem tentou contato com Adeilson Cavalcante, mas não obteve retorno.

Os privilégios do Veredas na distribuição de recursos públicos ficaram mais evidentes com a chegada da pandemia. Em 2016, quando o Ministério da Saúde já estava com o PP, o hospital havia recuperado o chamado Cebas, um certificado importantíssimo que isenta um hospital filantrópico do pagamento de impostos e permite que faça convênios com o poder público. O resgate do Cebas foi uma novela. No governo Dilma Rousseff, o Ministério da Saúde recusou duas vezes a emissão do documento em razão do descumprimento de três normas essenciais. A última recusa saiu numa nota técnica de 18 de novembro de 2015. Nove meses depois, já sob o governo Temer, tudo mudou. Em uma decisão, fundamentada em menos de duas linhas, um juiz da Justiça Federal em Brasília suspendeu as inscrições em dívida ativa lançadas contra o hospital. O Ministério da Saúde informou que o Cebas do Veredas segue vigente.



No ano de 2020, até o fim de agosto, no primeiro pico da doença, o Ministério da Saúde mandou 54,1 milhão de reais para a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió e para algumas unidades hospitalares localizadas na cidade, mas o grosso foi destinado para o Veredas: 31,9 milhões de reais. Ou seja: o Veredas levou 60% dos recursos numa cidade com 249 estabelecimentos públicos e privados vinculados ao SUS. A fatia do Veredas foi quase o triplo do que foi destinado à Santa Casa, que ficou com apenas 11,3 milhões. A divisão faria sentido se o Veredas concentrasse a maior parte dos atendimentos, mas isso não aconteceu.

De agosto até o final de 2020, o Veredas continuou atraindo dinheiro para o enfrentamento à pandemia. Recebeu mais 7 milhões e fechou o ano com um total de 38,8 milhões de reais. E, no entanto, entre setembro e dezembro, o hospital registrou números insignificantes de atendimento de pacientes de Covid – menores do que a Santa Casa, o Hospital da Mulher e o Hospital Metropolitano. Em setembro, por exemplo, o Veredas não teve um único paciente de Covid, seja na UTI, seja na enfermaria, segundo as informações da Prefeitura de Maceió. Em contraponto, num único dia de setembro, dia 15, a Santa Casa tinha seis pacientes internados. Com base nesses números, constata-se que o Veredas encheu os cofres na pandemia e não precisou atender quase



orçamento secreto, despachou 10 milhões de reais para o hospital. Curiosamente, o Portal da Transparência informa que o dinheiro tinha outro destino: 7,6 milhões iriam para a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió e 2,3 milhões estavam destinados à Associação Pestalozzi de Maceió, que é um centro especializado em reabilitação. O empenho que mandava a verba para essas duas entidades foi cancelado e os recursos foram redirecionados para o Veredas.

Imbatível na captura de verbas públicas, o hospital nunca perde. Quando a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, mandou suspender os repasses do orçamento secreto, o Veredas tinha um empenho a seu favor de 8,4 milhões de reais. Com a decisão de Weber, o dinheiro nunca chegaria. Mas, um mês e meio depois, a ministra voltou atrás e reativou as remessas. Em questão de dias, os 8,4 milhões já tinham vencido toda a burocracia e foram transferidos para o Veredas via Fundo Municipal de Saúde de Maceió. Esse foi um daqueles repasses que nenhum político assumiu, mas o fato é que, no primeiro ano de Arthur Lira na Presidência da Câmara, 18,4 milhões do orçamento secreto pingaram na conta do hospital.

O Hospital Veredas é uma caixa-preta que muitos órgãos fiscalizadores não fazem questão de abrir. e outros.



de junho deste ano, um documento do MP reclama da “insuficiência das informações prestadas até então sobre a prestação de contas da aplicação destes recursos, assim como a não publicidade e transparência da destinação dos recursos”.

Já a Promotoria de Justiça das Fundações do Estado, responsável por fiscalizar os gastos de entidades como o Veredas, esteve sob o comando de Failde Soares Ferreira de Mendonça durante 22 anos. Ela se aposentou em 2019, e atualmente trabalha para o Veredas como consultora titular de gestão. “Presto consultoria na área de minha especialidade, na área de gestão, porque é nisso que sou especialista. Minha seriedade e minha competência foram reconhecidas pelo mercado privado”, disse. O filho de Failde também ganhou um cargo no hospital. Roberto Fleury Ferreira de Mendonça, de 27 anos, é engenheiro civil do Veredas.

Mendonça deixou o cargo de promotora de Justiça coberta de elogios de Edgar Antunes, presidente do Veredas, que, em uma postagem nas redes sociais do hospital, chamou-a de “mulher guerreira que não abre mão de estar na defesa de quem mais precisa” e dona de uma “longa folha de serviços em benefício dos alagoanos durante todo o período que desempenhou suas funções como promotora e curadora das fundações no Ministério Público”. A



promotora.

Uma evidência de que o cargo de diretor financeiro do Hospital Veredas não era um posto técnico – mas uma indicação política – se materializou no final do ano passado. Adeilson Loureiro Cavalcante, que ocupava o cargo desde 2017, foi embora no momento em que seu irmão, o então deputado estadual Léo Loureiro, resolveu abandonar o PP e aderir ao grupo de Paulo Dantas, que então concorria ao governo de Alagoas. Ao que tudo indica, Arthur Lira não tinha como perdoar a traição. Afinal, Dantas, que acabou eleito governador, é filiado ao MDB e, para piorar, é aliado do senador Renan Calheiros, o maior adversário alagoano dos lristas.

Ao assumir a diretoria financeira, Pauline Pereira, prima de Arthur Lira e ex-prefeita da cidade alagoana de Campo Alegre, chegou pedindo voto para o seu candidato e dos Lira ao governo do estado, o derrotado Rodrigo Cunha. “É um grande desafio que estou assumindo, pois o hospital está praticamente parado por falta de financiamento do estado de Alagoas”, disse ela. “Por isso, é muito importante que votem em Rodrigo Cunha para que o hospital Veredas tenha a garantia de atender as pessoas.”

A situação financeira do Veredas, de fato, estava ruim, mas não era por falta de verbas – e ficou pior. No fim de



previdenciário e trabalhista. Em valores recentes, passam de 133 milhões de reais. Faltam recursos até para pagar as parcelas das dívidas trabalhistas, que somam 21,5 milhões. Segundo dados da Justiça do Trabalho, são 321 processos trabalhistas para um universo de menos de 2 000 funcionários.

Em despachos nos meses de fevereiro, maio e junho deste ano, o juiz que centraliza a execução das dívidas trabalhistas do hospital classificou a situação do Veredas como “tenebroso cenário”. “A executada [hospital Veredas], de forma recorrente, não tem honrado com o compromisso de quitar a sua dívida trabalhista”, escreveu o juiz. “O número de parcelas inadimplidas só vem aumentando. (...) Observa-se, de forma preocupante, que inúmeras (novas) ações vêm sendo ajuizadas”. O magistrado ainda concluiu que não se “consegue extrair qualquer sinal que sugira uma perspectiva positiva no cenário acima relatado”.

A diretora Pauline Pereira reconhece os problemas, mas transfere a culpa para o governo de Alagoas. “O governo do Estado deve ao Veredas quase 19 milhões de reais em serviços prestados pelo hospital no período de outubro de 2022 a maio de 2023”, disse ela, num vídeo publicado nas redes sociais. “Quem deve pagar é o governador Paulo Dantas. Dezenove milhões é um valor suficiente para



entende é como um atraso agora pode explicar um buraco tão grande num hospital que recebeu tanto dinheiro por tanto tempo. A reportagem procurou Pauline Pereira, mas ela não respondeu às tentativas de contato por meio de WhatsApp e e-mail, nem atendeu às ligações.

Além dos problemas de gestão, o Veredas está enrolado com a Vigilância Sanitária, que já aplicou três multas ao hospital desde o início da pandemia, segundo mostra um levantamento no Diário Municipal da Prefeitura de Maceió. A primeira multa, de dezembro de 2020, decorreu da ausência de registros internos de certos exames de sangue — hepatite, sífilis, HIV/Aids, doença de Chagas — colocando a população em “risco sanitário”. Os fiscais consideraram a “infração de natureza gravíssima”. Em maio de 2021, nova multa por “infração gravíssima”, devido à presença de “entulhos e odor fétido de fossa, água de origem empoçada e ausência de capinação na área externa”. A terceira multa, de natureza “grave”, saiu em novembro de 2021, por “contrariar normas legais pertinentes no controle de poluição do solo, instalar e operar estação de tratamento de esgoto sem licença (...) e sem projeto (...)”. Os fiscais registram que, em dois casos, o hospital, mesmo sabendo das irregularidades, não tomou providências. Como nem defesa apresentou, foi julgado à revelia nas duas vezes. “Onde está o dinheiro?”,

de fiscalização”, anunciou. Na manifestação, denunciou os salários atrasados, a falta do décimo-terceiro e protestou contra demissões. “Mas retaliar, perseguir, demitir, isso faz parte da gestão”.

Quatro dias antes, os funcionários fizeram uma reunião para discutir a greve. Uma copeira contou que foi despejada de sua casa porque não teve condições de pagar o aluguel e voltou a morar com a mãe. Outra copeira contou que o dono do imóvel onde vive levou sua geladeira como parte do pagamento do aluguel atrasado. Uma técnica de enfermagem lembrou sua angústia por não ter tido condições de comprar presente para o filho de 2 anos no último Natal porque o hospital não pagou o 13º salário integral. Um maqueiro relatou que não consegue mais dormir em razão das dívidas acumuladas e está dependendo da ajuda da família para sobreviver. Os servidores, que pediram para que seus nomes não fossem divulgados por receio de retaliações, denunciaram ainda que convivem com a falta de itens básicos para trabalhar, inclusive medicamentos, alimentos na cozinha e até papel higiênico.

*Esta reportagem foi realizada pela Agência Pública em parceria com a piauí*





GÊNERO E DIVERSIDADE JUSTIÇA SOCIEDADE SOCIOAMBIENTAL TECNOLOGIA PODER EMPR

REPORTAGEM

# Clientes da empresa de Arthur Lira Filho faturaram



*Omnia 360° tem como sócia filha de Luciano Cavalcante, ex-assessor do presidente da Câmara; dados foram obtidos via LAI*

18 de dezembro de 2023

13:32

Por Alice Maciel

PODER

Arthur Lira

Governo Federal

política

Os veículos de mídia OPL Digital e RZK Digital, que são representados pela empresa Omnia 360°, do filho do deputado federal Arthur Lira (PP/AL), receberam R\$ 5 milhões, entre julho de 2021 e novembro de 2023, em serviços prestados para a Caixa Econômica Federal, que desde o mês passado está sob o comando de um aliado do presidente da Câmara dos Deputados.

A **Agência Pública** conseguiu, via Lei de Acesso à Informação (LAI), as notas fiscais emitidas pela OPL Digital, RZK Digital e Rocket Digital. As duas primeiras empresas são clientes da Omnia 360°, que pertence a Arthur Lira Filho, Ana Claudia de Oliveira e à Maria Luiza Cavalcante. Maria, conhecida como Malu, também é sócia



Ela também é filha do ex-assessor de Arthur Lira, Luciano Cavalcante, que foi alvo da Operação Hefesto da Polícia Federal desencadeada em junho deste ano, para investigar supostas irregularidades na compra de kits de robótica. A investigação foi arquivada por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, em setembro. Conforme antecipou a **Pública**, Mendes ainda ordenou a destruição de todos os áudios captados durante a operação.

A sociedade entre Malu e Arthur Lira Filho foi revelada pelo site Congresso em Foco em julho de 2021. À época, o portal mostrou que eles abriram juntos, em dezembro de 2019, uma primeira empresa, a Mídia Nova Representações. Doze dias após o negócio vir à tona na imprensa, os dois fundaram então a Omnia 360° – atualmente, a Mídia Nova Representações está registrada apenas no nome de Maria Luiza, conforme consulta na Receita Federal.

Assim como a Mídia Nova, a Omnia 360° é uma empresa de “representação de veículos de mídia”. Os clientes da Omnia 360° oferecem, por exemplo, publicidade na internet e em mídias expostas na rua, como painel de led em pontos de ônibus.

Ou seja, a Omnia 360° fatura uma porcentagem dos negócios firmados para seus clientes com as agências de



Segundo matéria da Folha de S. Paulo, representantes da Omnia 360 acompanharam seus clientes em 16 reuniões na Caixa, entre 2021 e 2022. O jornal também mostrou que a OPL e RZK Digital atuaram em campanhas publicitárias da Secretaria de Comunicação Social (Secom), nos ministérios da Saúde, Educação e do Banco do Brasil.

Conforme os dados obtidos pela **Pública** via LAI, dos R\$5,5 milhões referentes aos serviços prestados para a Caixa pelas três empresas ligadas à Omnia 360°, R\$4,5 milhões foram contratados entre 2021 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL); e outros R\$997 mil no governo Lula, em 2023. Desde novembro, o banco é dirigido por Carlos Vieira, que foi indicado pelo centrão de Arthur Lira para assumir o cargo após acordo do deputado com o presidente da República.

## FAÇA PARTE

Saiba de tudo que investigamos

Procurado, Lira não respondeu aos questionamentos da





*Malu Cavalcante, Arthur Lira Filho e Ana Claudia, sócios da Omnia 360°*

A Caixa informou que o presidente da Câmara “não participou das negociações que envolvem a compra de mídia no banco”; destacou que não possui contrato com as empresas citadas e que “as agências de publicidade e propaganda licitadas que atendem a Caixa (Propeg, Calia e Binder) são responsáveis pela negociação e intermediação da compra dos espaços de mídia comercializados pelos representantes ou veículos”.

De acordo com a Calia, “a participação ou não de representante comercial na negociação é prerrogativa de cada veículo, não cabendo à agência qualquer interferência ou juízo de valor a esse respeito”. “Vale dizer que a determinação do veículo se dá por meio de critérios técnicos, abalizada por ferramentas de aferição de

Já a Binder afirmou que segue todos os parâmetros técnicos exigidos pelo contrato. “A divulgação de uma campanha nacional mobiliza inúmeros veículos por todo país e cada veículo indica seu representante. Contamos com centenas de representantes e a Omnia 360° está inserida nesse universo. Todos com capacidade técnica e habilitadas no MidiaCad (Sistema de cadastro de veículos de comunicação da Secom) para receber demandas de publicidade de qualquer órgão estatal”.

A Propeg também informou que utiliza critérios técnicos para contratar veículos de comunicação em campanhas de alcance nacional, como, por exemplo, para a Caixa. “A escolha do representante é feita por cada veículo. A Omnia 360 é reconhecida como uma representante especializada em veículos utilizados por grande parte das agências de publicidade e anunciantes”, destacou a agência.

## Contratos com a Caixa

O surgimento da Omnia 360, em 26 de julho de 2021, coincide com o início dos serviços da OPL Digital para a Caixa. De acordo com nota fiscal ao qual a reportagem teve acesso, a OPL foi contratada pela Nova S/A – que à época era uma das agências que atendia a Caixa – por R\$ 40 mil, para participar da campanha “Quina de São João 2021” no período de 19 a 27 de julho de 2021.



PRESTADOR DE SERVIÇOS				
CPF/CNPJ: 21.957.913/0001-70 Incrição Municipal: 5.194.906-2 Nome/Razão Social: OPL DIGITAL LTDA Endereço: AV ENG LUIZ CARLOS BERRINI 198, CORUJÁ CONJ 1301 T 2 - COADE MONÇÕES - CEP: 04571-800 Município: São Paulo UF: SP				
TOMADOR DE SERVIÇOS				
Nome/Razão Social: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CPF/CNPJ: 00.360.306/0001-04 Incrição Municipal: --- Endereço: R 805 Quadra 4 346, Bloco A Lote - Asa Sul - CEP: 70082-800 Município: Brasília UF: DF E-mail: givstsp02@caixa.gov.br				
INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS				
CPF/CNPJ: --- Nome/Razão Social: ---				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
Referência a serviços prestados de propaganda e publicidade. A/C: CONEXÃO DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA PI: 244677 Nome da campanha: QUINA DE SÃO JOÃO 2021 Período: 19/06/2021 a 23/06/2021 Vencimento: C/ APRESENTAÇÃO Valor bruto: R\$ 38.000,00 Incentivo público: R\$ 18.000,00 Valor líquido: R\$ 45.000,00 *IRRF DE 1,5% DEVE SER RETIDO NA FONTE Obs: Cadastrados no CPOM e Portanto inibido qualquer dedução de IIR				
Dados bancários: Banco: ITAÚ BR: 3478 C/D: 81398-7 CNPJ: 21.957.913/0001-70 SWI: 0361795				
VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 40.000,00				
ISS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
	400,00			
Código do Serviço 03490 - Propaganda e publicidade, promoção de vendas, planejamento de campanhas e materiais publicitários				
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Credito (R\$)
0,00	40.000,00	0,00%	2.200,00	0,00
Município de Prestação do Serviço		Número inscrição de Orib		Valor Apropriado aos Tributos (Fundo)
OUTRAS INFORMAÇÕES (1) Este NFS-e foi emitido com respeito na Lei nº 14.037/2005. (2) Data de vencimento do IIG desta NFS-e: 16/06/2021.				

<https://nfe.prefeitura.sp.gov.br/controle/nfe/nfeprint.aspx?nf=977&inscricao=51949062&SMS=0&returnurl=nota.aspx%3Finscricao%3D51949062> 1/1

*Nota fiscal obtida via Lei de Acesso à Informação mostra serviço de 40 mil para campanha “Quina de São João 2021”*

Ao todo, de acordo com os documentos, a OPL Digital faturou R\$ 2,2 milhões em serviços para a Caixa. Este ano, até agora, o veículo atuou em duas campanhas, no valor total de R\$ 84 mil. Em março, a empresa foi contratada pela agência Propeg para fazer as campanhas



A OPL Digital é comandada por Rodolfo Darakdjian, que abriu a Rocket Digital em fevereiro de 2022 em sociedade com Maria Luiza Cavalcante. Os serviços prestados pela Rocket à Caixa foram um dos primeiros do veículo de mídia, conforme indicam a numeração de notas fiscais obtidas pela reportagem – 2, 3, 5, 8. A primeira campanha do banco que a Rocket participou foi em dezembro de 2022, no valor de R\$ 48,1 mil. Ao todo, a empresa já faturou R\$ 567,9 mil.

Já a RZK, faz publicidade para a Caixa desde fevereiro de 2022. Conforme os documentos, a empresa já faturou R\$ 2,7 milhões em serviços prestados ao banco.

A agência de publicidade que mais contrata os veículos representados pela empresa de Arthur Lira Filho é a Propeg (R\$2,7 milhões), seguida da Binder (R\$ 1,3 milhão) e da Calia (R\$1,2 milhão).

Edição: [Thiago Domenici](#)

*\*Atualização às 18:23 de 18/12/2023: Inserimos o retorno da Propeg.*

**Quer entender melhor? A Pública te ajuda.**





APOIE A PÚBLICA AGORA!

## ENTRE EM CONTATO



Alice Maciel



[Leia mais deste autor](#)

## FIQUE POR DENTRO

Receba conteúdos exclusivos da Pública de graça no seu email.



# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ M JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

344

A 0103 ° 34.514

DOMIN O, 1º DE OUTUBRO DE 2023

R\$ 9,00

## Segurança se torna foco de desgaste para governo Lula

A escalada da violência na Bahia, sob administração do PT, o avanço da letalidade policial e os sinais trocados ao lidar com governadores aliados e adversários zeram o governo Lula ser acusado de patinar na gestão da crise da segurança pública que hoje assola estados brasileiros. Aliados reclamam que a Justiça não apresentou plano na área. **Col d ano B1**

## Plano Diretor vai mudar zona rural de São Roque

Projeto transforma zonas rurais em urbanas, reduzindo os lotes. Moradores dizem que mudança incentiva a construção de condomínios. Prefeitura afirma que proposta respeita legislação ambiental. **B2**

## Homens dos EU e do Reino Unido dominam Nobel

Homens americanos e britânicos, seguidos por alemães, são os principais ganhadores do Prêmio Nobel. As mulheres americanas também lideram, seguidas pelas francesas e alemãs. Entre os laureados estão 954 homens e 60 mulheres. **C ênc a B4**

## Milei e Massa são os favoritos na eleição argentina

A Argentina vê a disputa presidencial caminhar para uma polarização entre o deputado ultraliberal Javier Milei e o ministro peronista da Economia, Sergio Massa. A candidata de oposição macrista, Patricia Bullrich, parece em desistência, mas ainda tem chances. **Mundo A12**

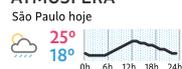
## Feriado testa volta à vida normal na China

O feriado Golden Week é visto como um teste para o retorno à "vida normal" após o surto de coronavírus. Números projetados superam os do mesmo período de 2019, antes da pandemia. **Mundo A13**

## Guerra Greenwa d satisfaz elite nos EUA

Os apoiadores da guerra nos EUA já nem se preocupam em negar que ela é virtuosa: já se fala que a Ucrânia não está sendo salva, mas destruída, mas que isso deve ser apoiado porque ajuda no objetivo de enfraquecer a Rússia. **Ilustrada Ilustriss ma C3**

## ATMOSFERA



# Emendas distorcem envio de verbas para acesso a água

Cidades necessitadas ficam sem recursos, enquanto dinheiro chega a quem tem padrinho político

Em Mata Grande (AL), moradores andam horas em busca de água, e em Santa Filomena (PE), centenas de reservatórios estão estocados. O cenário é efeito de emendas parlamentares, em que o envio da verba é indicado por deputados e senadores.

A Fo ha percorreu cinco estados e constatou distorções. Cidades que possuem padrinho político recebem recursos. Há ainda casos de poços perfurados em terrenos privados e caixa d'água com logotipo do governo vendida em anúncios online.

Turbinadas nos últimos anos, as verbas empenhadas em emendas chegam pela estatal Codevasf e pelo Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). O total passou de R\$ 13,9 bilhões em 2019 para R\$ 26,3 bilhões neste ano, até setembro.

A falta de critério para a destinação dos recursos vem acompanhada do loteamento dos órgãos em troca de apoio ao governo no Congresso. Ambos foram entregues ao centrão pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), situação mantida com Lula.

A Codevasf r mou que suas aplicações têm avaliação técnica, legal e de conveniência socioeconômica. Segundo o Dnocs, a entrega de sistemas e reservatórios é realizada por meio de emendas, sem interferência do governo federal. **Polit ca A4 a A6**



O agricultor Moacir Vieira Gomes, 53, após buscar água no rio Moxotó, em Águas Brancas (AL), cidade que não recebeu verba para cisternas. **Foto: Eduardo K. app/Folhapress**



Caixas d'água estocadas em terra nos fundos de hospital em Santa Filomena (PE); equipamentos foram doados pela Codevasf. **Foto: Mathilde Missio/Folhapress**

## Ilustrada Ilustriss ma C4 e C5

### Aborto, agenda interdita

Debate cresce com descriminalização pautada no STF e caso das 10 mil investigadas em MT

### MÔNICA BERGAMO

Denise raga lota teatros com peça sobre histórias de pessoas comuns **C2**

### Esporte B7

Rebeca Andrade tem Biles pela frente na busca pelo bi no Mundial de ginástica

## Informalidade aumenta com idade e desafia a Previdência

Mais de 4 milhões de trabalhadores brasileiros com mais de 60 anos estavam em informalidade no segundo trimestre deste ano. É o maior patamar na série histórica do IBGE e 36,6% a mais na comparação com o mesmo período de 2020, na fase inicial da pandemia. A tendência é de crescimento do contingente, segundo estudiosos, por longevidade e pela mudança na Previdência que adiou as aposentadorias — e há risco de que se transforme "num exército de idosos sem renda", diz o pesquisador Bruno Otoni, da FGV. **Mercado A15**

## Esquerda sofre para refazer ponte com evangélicos

Para especialistas, há muito chão até que a esquerda assimile plenamente a adversidade para reconstruir pontes com os evangélicos, dinamitadas com a ascensão conjunta da pauta identitária e de um conservadorismo mais estridente nos templos. **Polit ca A8**

## EDITORIAIS A2

Esqueletos fiscais  
Sobre proposta do governo Lula para precatórios.

rote medieval  
A respeito de rituais violentos nas universidades.

## ineficiência do Bolsa Família cria rede de apoio a crianças

Mercado A18



# política

PAINEL | **Fábio Anini**  
painel@grupofolha.com.br

## Encanamento

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) trabalha com um cronograma ambicioso, segundo o qual o projeto de privatização da Sabesp será aprovado na Assembleia ainda em 2023. Com isso, o leilão de venda ocorreria no primeiro semestre do ano que vem. O calendário enfrenta a realidade de uma base aliada no Legislativo muitas vezes desorganizada e com dificuldades para aprovar matérias bem mais simples. O envio do projeto aos deputados deve acontecer neste mês.

**BRUMAS** Outro potencial empicção para a anuência célere dos deputados está no fato de que a gestão só de nirá nos primeiros meses de 2024 pontos cruciais, como o montante obtido na venda que será usado na redução de tarifas, o percentual desse desconto e a fatia acionária que o estado manterá.

**PODE CONFIAR** Secretária de Meio Ambiente, Natália Resende diz que o governo compensará explicando de forma transparente aos parlamentares como será o mecanismo da venda. "A privatização melhorará o serviço, dobrará o ritmo de investimentos, antecipará metas e terá forte viés social", afirma.

**LOTERIA** O projeto de lei enviado pelo governo Lula que prevê que as bets esportivas paguem alíquota de 18% sobre a receita obtida com jogos quebraria as que faturam até R\$ 100 milhões por ano, dizem representantes das empresas. "Na forma como está, a esmagadora maioria das operações de bets não consegue sobreviver", afirma o advogado Ticiano Gadelha, cujo escritório representa o NSX Group, que administra 64 casas de apostas.

**BINGO** Segundo ele, há um movimento para sensibilizar o Senado, onde o projeto está em discussão. "É meio que um consenso de que esse percentual deve baixar", afirma.

**REBRANDEO** A lição de Deltan Dallagnol neste sábado (30) é parte de um reposicionamento do Novo, que busca aumentar seu apelo junto ao eleitorado conservador. A estratégia foi de nida após uma série de pesquisas apresentadas em encontro nacional, em SP. O partido não deve abandonar as pautas do liberalismo econômico, no entanto, que estiveram na sua origem. Uma inspiração é o Partido Republicano dos EUA, que abriga de libertários até o populismo trumpista.

### Três Poderes

**VENCEDORA DA SEMANA**  
A agora ex-mi istra **Rosa Weber**, que deixou a presidência do STF sob elogios praticame te u á imes pelo estilo discreto e pelas reformas que fez as regras de funcionamento da corte.

**PERDEDORA DA SEMANA**  
A mi istra **Anielle Franco**, que sofreu desgaste após uma assessora ter criticado paulistas e são-pauli os.

**FIQUE DE OLHO**  
Lula deve aproveitar período de co valesce ça para decidir indicações para **STF** e **PGR**. Câmara te ta ve cer obstrução e aprovar projetos da **agenda econômica**.

Com **Guilherme Seto** e **Danielle Brant**

GRUPO FOLHA  
**FOLHA DE S. PAULO** ★ ★ ★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080  
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital limitado R\$ 29,90	Digital Premium R\$ 39,90
--------------------------------	-------------------------------	------------------------------

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg, a sáb.	dom.	
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 9	R\$ 942,90
DF, SC	R\$ 7	R\$ 10	R\$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 11	R\$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 14	R\$ 1.618,90
Outros estados	R\$ 12	R\$ 15	R\$ 2.008,90

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (VC)  
796.039 exemplares (agosto de 2023)

# Emenda parlamentar exp e distorção e amplia abismo no acesso a água

Cidades mais necessitadas enfrentam abandono na distribuição de cisternas, enquanto redutos de políticos indicam desperdício

## POLÍTICO D SEC DELT FOLH

Artur Rodrigues, Cristiano Martins, Lívio erreira e João Pedro Pitombo

A AGOAS, BAHIA, PERNAMBUCO, PIAUÍ E SÃO PAU O Logo que ouve barulho de chuva no telhado de sua casa de taipa, no sertão de Alagoas, o agricultor Moacir Vieira Gomes, 53, corre para o quintal e espalha vasilhas dos mais diversos tamanhos para captar um pouco de água. A correria é para amenizar a falta que faz uma caixa d'água ou uma cisterna em sua propriedade.

Enquanto isso, no interior da Bahia, centenas de reservatórios estão estocadas em um galpão da Prefeitura de Campo Formoso, onde há cascos de poços perfurados em terrenos privados e até de caixa d'água com logotipo do governo vendida em anúncios online.

Um padrinho político faz a diferença. O contraste entre as áreas ignoradas e as abastadas em equipamentos de convivência com a seca é um efeito direto do avanço das emendas parlamentares, que empenharam o Congresso com envio de recursos para áreas indicadas por deputados e senadores, e não necessariamente onde há maior necessidade.

A Fo ha percorrido cinco estados do Nordeste e flagrou efeitos dessa distorção, com moradores ignorados pelas emendas e pelas estatais tendo de fazer longas caminhadas diárias até um açude ou rio ou a situação de ter de escolher entre a compra de comida e um garrafão de água.

As serras que cortam o município de Mata Grande (AL), onde mora a agricultora Ana Maria Domingos da Silva, 56, são um exemplo disso.

Na região em que está a sua pequena propriedade, quem aguenta anda até duas horas por dia até a fonte para trazer água em um jague. Quem não consegue, como ela, acaba pagando a outros moradores para transportarem de carroça.

"Já deixei muitas vezes de fazer uma feira, comprar comida, para comprar água. Porque ninguém vem se a pessoa diz: 'oi, vem botar uma carrada de água e depois eu pago'", diz Ana Maria, sobre a despesta de cerca de R\$ 100 por mês.

A agricultora recentemente foi conferir cisternas em casas próximas, feitas por uma ONG, e se pôs a sonhar. "Ficaram bem pintadinhas. Seria uma sorte de Deus se eu recebesse a minha", diz.

O dinheiro extra ajudaria a comprar uma televisão nova. Há anos sem o aparelho, ela se deita às 18h todos os dias imaginando se a água vai durar até o mês.

A decisão de quem vai ganhar uma cisterna ou caixa d'água tem como elemento central de nidação do destino das emendas parlamentares, turbinadas nos últimos anos. O total de recursos empenhados com emendas saltou de R\$ 13,9 bilhões, em 2019, para R\$ 26,3 bilhões, entre janeiro e setembro de 2023.

A falta de critério e de planejamento que marca esses gastos é acompanhada do tratamento de estatais em troca de apoio ao governo no Congresso.

Tanto a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) como o Dnocs (Departamento Nacional de

## Como é a cisterna que permite a família se autossuficiente

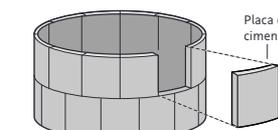
### A cisterna de alvenaria



A cisterna utilizada no "Programa Cisternas", referência nas políticas antissecas, é feita de alvenaria e tem capacidade para 16.000 litros de água, que em geral é suficiente para o período de estiagem anual.



A estratégia é captar a água da chuva que cai nos telhados das casas, por meio de calhas e tubos, e encher as cisternas.



O modelo indicado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede de organizações da sociedade civil formada por ONGs, institutos sindicais, religiosos e de agricultores familiares, é também chamado cisterna de placas, pois usa placas de cimento que são produzidas nos próprios locais onde os reservatórios serão instalados.

O processo de construção é simples e pode gerar renda também para pedreiros e comerciantes locais.

A água é retirada da cisterna por uma bomba de sucção, manual ou elétrica, ou com uso de um balde que deve ser exclusivo para essa finalidade. Essa água precisa ser tratada antes do consumo humano.

### Outros tipos de reservatório de água distribuídos pelos governos

Órgãos como o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e a estatal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) entregam cisternas de 16 mil litros já prontas, feitas de polietileno.

Em maior quantidade e apelo eleitoral, a Codevasf e o Dnocs também distribuem caixas d'água de polietileno com capacidades de 500 litros, 1.000 litros, 3.000 litros, 5.000 litros e 10.000 litros.

Fonte: Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

Obras Contra as Secas) foram entregues pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e são mantidos dessa forma pelo presidente Lula (PT), dentro da política conhecida como "tomá lá dá cá".

A Codevasf, por exemplo, é presidida por Marcelo Andrade Moreira Pinto, nomeado ainda na gestão Bolsonaro sob indicação do centrão. Nada mudou desde então na estatal que se transformou em uma atendente quase que exclusiva de deputados e senadores.

Ali, o mecanismo das emendas se dá da seguinte forma: o parlamentar tem direito a determinado valor para gastar todos os anos. No caso da Codevasf, ele escolhe produtos ou serviços em um catálogo parecido com o de lojas, procura a estatal e indica o município a ser atendido. A empresa pública faz a compra e a entrega. É assim no caso dos reservatórios.

Levantamento da Fo ha mostra que a distribuição de reservatórios por meio de emendas ignorou locais listados como de alta prioridade e bene ciou áreas menos necessitadas.

No ano eleitoral de 2022, de acordo com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, somente 10% das unidades de reservatórios pela Codevasf não foram feitas via emendas, ou seja, foram distribuídas diretamente sob de nidação do governo.

Já o programa federal de cisternas passou de 149 mil equipamentos instalados em 2014 para 5,946 no ano passado — cada equipamento custa em média R\$ 6.000.

As cisternas são reservatórios com sistema de captação das chuvas por meio de calhas em geral nos tetos das casas, que garantem suprimento às famílias durante a seca.

A ASA (Articulação Semiárido Brasileiro), rede da sociedade civil, defende políticas de convivência com o semiárido, em vez de somente medidas pontuais de combate à seca. Segundo Naidison de Quintella Baptista, membro da ASA, das mais prioridades deve ser a construção de cisternas de alvenaria de 16 mil litros, o su ciente para que famílias de quatro pessoas tenham água para beber e cozinhar por até dez meses.

Já as caixas d'água, que em geral têm capacidade de armazenamento menor, muitas vezes exigem carros pipa, sujeitos ao uso para compra de votos por políticos. Nas cidades em situação mais grave, o Exército mantém operações de envio de água, que, diferentemente das demais, escapam do direcionamento político.

A Alagoana Água Branca, com base em variáveis sociais e naturais, elaborou estudo que aponta 61 municípios prioritários para instalação de cisternas e outras tecnologias de acesso à água. Cruzamento feito pela reportagem com dados de Codevasf mostra como 97% deles foram abandonados na distribuição de reservatórios — adicionando municípios com prioridade alta e muito alta, são 201 (88%).

A Alagoana Água Branca, onde mora o agricultor Moacir, entra nesta lista. Ele vive num lote de assentamento da reforma agrária, em um cenário desértico onde mais de 20 famílias dividem só uma cisterna.

"Se tivesse uma cisterna [em casa], eu estava rico. Eu estava em situação precária. Eu estava em situação precária. Eu estava em situação precária."

continua na pág. 5



Moacir Gomes e sua esposa, Simo e Maria, o buraco aberto à espera de uma cisterna, em Água Branca, o sertão de Alagoas. Fotos Eduardo K. app/Folhapress



Rio Moxotó, quase seco, que é usado para abastecimento em Água Branca, em Alagoas



Em Mata Grande, a Maria Domingos da Silva já deixou de comprar comida para comprar água

não foram beneficiados por equipamentos do Dnocs, outro órgão que faz esse serviço.

O Dnocs informou ter entregue mais de 100 mil reservatórios na Bahia de 2019 a 2023, 98% do total. O estado também concentrou 98% dos mais de 123 mil reservatórios distribuídos no ano passado pela Codevasf – nesse caso, inclui desde caixas d'água menores até outras de 10 mil litros, que posteriormente podem (ou não) ganhar um sistema de calhas.

Em Feira da Mata (BA), por exemplo, 2.147 de seus 5.631 habitantes receberam caixas-d'água em 2022, segundo dados da companhia. A cidade, no estudo da Embrapa Territorial, aparece como de prioridade muito baixa.

O abismo, por vezes, separa cidades que estão lado a lado, caso de Santa Filomena (PE) e Betânia do Piauí (PI), ambas em situação de alta prioridade. A primeira ganhou do governo federal um lote com 2.333 caixas d'água, o suficiente para atender 77% das famílias. A segunda, que não possui água encanada nem sequer na zona urbana, nada recebeu.

Relatórios da CGU (Controladoria Geral da União) mostram o desperdício de equipamentos e falta de critérios. Um deles, por exemplo, aponta o "sumiço" de 15 mil reservatórios devido à falta de comprovação de entrega.

Codevasf afirma que destino de verbas tem compatibilidade

OUTRO LADO

A Codevasf afirmou que "a eventual destinação de maior quantidade de bens para a Bahia é compatível com a configuração do estado e com a estrutura local da Codevasf".

A estatal cita que o estado é o maior e mais populoso da região Nordeste; conta com duas superintendências da estatal; tem o maior número de deputados federais do Nordeste e é beneficiário, portanto, de mais recursos de emendas do que outros estados.

Segundo a companhia, suas doações são realizadas após avaliação técnica, legal e de conveniência socioeconômica.

A companhia afirmou que as cisternas instaladas diretamente com recursos do orçamento discricionário vão prioritariamente a cidades atendidas pela operação carro-pipa.

O Dnocs afirmou que a entrega de cisternas e reservatórios "é realizada por meio de emendas parlamentares, que são destinadas ao estado e município solicitado pelo parlamentar responsável pela emenda, sem interferência do governo federal".

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social disse que investirá neste ano R\$ 562 milhões no programa de cisternas, beneficiando 60 mil famílias.

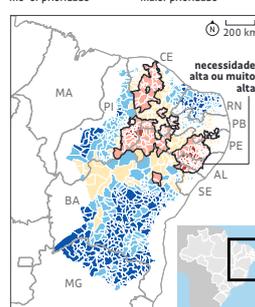
As presidências da Câmara dos Deputados e do Senado não se manifestaram.

Colaboraram Augusto Concon e N. Cholas Pretto

Dados mais vulneráveis à seca fora do entorno de reservatórios e de cisternas da Codevasf

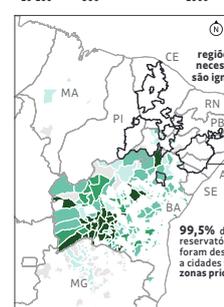
Grau de vulnerabilidade à seca

Por município, segundo o critério da Embrapa Territorial



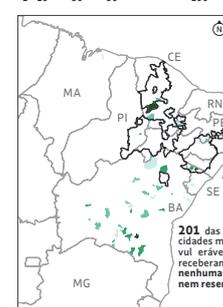
Reservatórios doados em 2022

Em número de unidades



Cisternas instaladas em 2022

Em número de unidades



Observação: Reservatórios incluem caixas d'água menores e recipientes maiores, de até 10 mil litros, com ou sem sistema de calhas. Fonte: Embrapa Territorial, Codevasf, IBGE

Contar com a água, A4

...va feito com água, né? Tinha água o ano todo, mesmo que o governo não colocasse água para mim, durava o ano todo praticamente", diz Moacir.

Na falta do reservatório, ele costuma apelar para um rio onde, na época de seca, é preciso cavar para garimpar um pouco de água. Um trajeto de cerca de 1 km que é repetido várias vezes ao dia.

Sob instalação direta da Codevasf, de 2021 a 2023, foram implantadas 3.518 cisternas, sendo que 1.860 delas, o que equivale a 53% do total, foram para a Bahia, estado do deputado Elmar Nascimento (União Brasil), líder do centro que apadrinou a indicação do presidente da Codevasf.

A cidade que mais teve cisternas instaladas pela estatal foi a baiana Tanhaçu, um total de 213. Já Alagoas e Pernambuco, com a maioria das cidades prioritárias, não foram atendidos. Os estados também

CIDADE DE SÃO PAULO

EstúdioFOLHA:

Prete tura cr a Ponto Legal para fazer adequação de estabelecimentos comerciais

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsma  
ombudsma @grupofolha.com.br

Ombudsman tem mais do que um olho, com possibilidade de revoação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o cotidiano da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax: (11) 3224-3895



Carvill

Sim, estamos fritos

Em semana de extremos, país desperdiça a chance de discutir crise climática

José Henrique Marante

A mínima de quarta-feira (27) foi quase a máxima de quinta nos termômetros de São Paulo; leões-marinhos foram fotografados na calçada alagada no Rio Grande do Sul; mais de cem botões cor-de-rosa morreram em rios sem oxigênio na seca histórica que assola a Amazônia. O apocalipse climático se materializa no país, como em quase todas as partes do mundo, no ano do verão sem fim, aquele que ainda chegará aos trópicos e já apavora. Em menos de 24 horas, a Folha publicou duas reportagens

de serviço sobre ar-condicionado, como comprar, como instalar, como economizar. Em nenhuma delas se ponderou que o consequente aumento no consumo de energia alimenta o ciclo que no fim das contas aquece o planeta e compromete seus ritmos. O refresco de hoje liga o forno de amanhã. Eduardo Leite foi a Lula pedir ajuda para seu estado assolado por enchentes com a previsão do tempo na mão. O título do jornal, porém, destacou Janja, que é muito mais assunto que a desgraça gaúcha.

Sim, a Folha fala da crise em boas reportagens: 40% das capitais brasileiras tiveram invernos mais quentes da história; total de afetados por chuvas em 2022 é o maior em dez anos. Porém a questão é a sinapse, trazer o problema para perto dos leitores. Não dá para escrever que a capital paulista tem cinco dias seguidos de temperaturas recordes e que o problema é "um bloqueio atmosférico causado pela persistência de um sistema de alta pressão atmosférica sobre uma grande área por vários dias consecutivos". Para além da repetição de termos, falta o quadro maior, as razões e, por que não, as dúvidas sobre tantos extremos. Seria bom também trazer os responsáveis para a discussão. Há duas semanas, o chefe global da JBS foi entrevistado em evento do jornal The New York Times em Nova York. A newsletter sobre clima do diário americano (a Folha ou qualquer outro grande da imprensa brasileira tem uma newsletter sobre clima?) narrou o encontro com uma série de dados que o executivo por óbvio contesta:

emissões superiores às de um país como a Itália, na mira de ativistas que querem impedir que a empresa alcance a Bolsa americana, recomendação do Conar local para que pare de prometer em peças publicitárias que alcançará o "net zero", zerar as emissões líquidas, até 2040. Uma busca sobre a JBS em textos recentes na Folha revela outro planeta: a empresa é responsável por 2% do PIB brasileiro, diz a Fipe. "Ministro do Brasil diz que ambições de petróleo e verde não são contraditórias", escreveu na quarta-feira (27) o Financial Times, em texto pouco favorável ao governo Lula. No mesmo dia, a pergunta para Alexandre Silveira aqui é se vai ter ou não horário de verão. Um último exemplo. A Folha relatou que a bancada do agronegócio pressionava o governo para liberar o seguro rural diante de tantas catástrofes (não só pressionava como obstruiu a pauta da Câmara até conseguir liberação de verba). Alguém questionou o bloco sobre a maior frequência de quebras de safras e a evidente relação com a crise climática, tão contestada pelo setor? Não, não é assunto, não dá audiência e, como afirmou um leitor que desistiu da Folha, a verdade é que estamos todos fritos, pois ninguém vai desligar o ar-condicionado, deixar de comer bife, passar o trator ou buscar royalties. Ainda que ingloria, é tarefa da mídia apresentar a conta indigesta da brincadeira. Esta última semana foi uma grande oportunidade perdida. Pe-

lo andar da carruagem, não faltarão outras muitas. **Questão de quererem** Reinaldo Azevedo saiu da Folha. Ou foi saído. "Não é por falta de leitores, sabemos todos", espetou o jornalista no último parágrafo de sua última coluna. "Não é incomum que haja mudanças entre os titulares que escrevem na Folha", afirmou a Secretaria de Redação em mensagem a leitores que se queixaram da mudança. "Como ele afirmou em sua última coluna, houve uma decisão para que deixe de escrever coluna no jornal, onde ficou por quase dez anos e contribuiu para o pluralismo do Projeto Folha. Ele segue colaborando no UOL, portal dos mesmos grupos empresariais." Para quem tem memória mais longa, é curioso escrever que a saída de Reinaldo contribuiu para a propalada percepção de "endireitamento" da Folha, processo que teria se acelerado com o advento de um novo governo petista. No ano passado, a coluna do ombudsman criticou a iniciativa do jornal de criar uma métrica ideológica para classificar partidos. Algo parecido se dá agora com um autoteste de orientação política ofertado na série O Futuro da Esquerda (a coisa mais lida do pacote até aqui, mas condenada por alguns leitores). O maniqueísmo emulado das redes sociais se repete. Faça o teste usando como guia as opiniões preferidas pela Folha em seus editoriais. Diz muito sobre o teste e, é claro, sobre o jornal.

As cisternas têm contraste entre o Nordeste e o Sudeste

Cidade de PE tem estoque e, a 30 km, município do PI depende de carro-pipa

Político D SEC

João Pedro Tombo

SANTA FILOMENA (PE) E BETÂNIA DO PIAUÍ (PI) Ladeiras íngremes em uma estrada de terra e cascalho levam ao topo da Serra do Inácio, na divisa entre Pernambuco e Piauí. Nos caminhos que serpenteiam o alto dos morros, moradores dos povoados enfrentam o desafiante isolamento para ter acesso à água, alimentos e itens básicos do dia a dia.

Na Vila do Mel, povoado do município de Betânia do Piauí (PI), a água encanada ainda é uma realidade distante e moradores dependem dos caminhões-pipa, mas nem todas as famílias têm acesso a cisternas ou caixas para armazenar a água.

A poucos quilômetros, no povoado Sítio Serra do Inácio em Santa Filomena (PE), o cenário é outro: há farta distribuição de caixas-d'água registradas com vídeos postados em redes sociais, relatos de famílias que receberam mais de uma caixa e até casos de venda por moradores de equipamentos doados pelo governo federal.

Betânia do Piauí e Santa Filomena, com cerca de 30 km uma da outra, são separadas por uma estrada de terra e pela divisa entre os estados. As cidades têm porte e realidade socioeconômica semelhantes, mas enfrentam disparidades na relação ao acesso à água.

A cidade pernambucana recebeu 2.333 caixas-d'água para comunidades da zona rural doadas pela Codevasf, estatal ligada ao Ministério da Integração



Cisternas compradas com dinheiro público estocadas em depósito atrás de hospital em Santa Filomena (PE), reduzido de ex-estado por Fernando Bezerra Coelho



Regional e do Desenvolvimento Regional e que vem sendo utilizada como uma espécie de "loja para políticos" nos governos Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT). A cidade é um reduto do ex-senador Fernando Bezerra Coelho (MDB), nome influente da política no sertão pernambucano. No ano passado, deu votação expressiva a Miguel Coelho (União Brasil) e Fernando Filho (União Brasil). Ilios do então senador que concorreram ao go-

verno e à Câmara. O contrato de doação foi assinado em 2021, ainda no governo Bolsonaro. Mesmo assim, a prefeitura mantém dezenas de caixas-d'água estocadas em um terreno nos fundos do hospital municipal. Parte dos equipamentos já está danificada com os efeitos do sol forte e da falta de manutenção. O estoque de caixas-d'água doado ao município seria suficiente para atender o

equivalente a 77% das famílias da cidade. Mas a distribuição segue critérios pouco transparentes: há pessoas que se cadastraram e não receberam, famílias que receberam mais de uma caixa-d'água e até relatos de equipamentos que acabaram sendo vendidos pelos beneficiários. Secretários da gestão do prefeito Gildevan Melo (PSD) celebram as entregas em povoados na zona rural do município, entregando uma por uma as caixas-d'água com registros de fotos e vídeos. No povoado Sítio da Serra do Inácio, dezenas de caixas foram distribuídas para famílias que vivem na região. A agricultora Maria Nilza Amorim Silva, 62, foi uma das beneficiárias e passou a usá-la de forma complementar a uma antiga cisterna que já tinha. Duas de suas filhas, que moram em outras casas, não haviam feito cadastro para receber os equipamentos. Mas isso não foi um problema: zerar o credenciamento no dia da visita do prefeito e receberiam mesmo dia as suas respectivas caixas-d'água. A professora e agricultora Expedita Ferraz, 53, fez o cadastro na prefeitura, mas segue na lista de espera. Ela já possui uma cisterna doada por uma ONG, mas pleiteia uma caixa-d'água para tentar manter durante todo o ano a sua produção de hortaliças e iniciar um plantio de acerolas. Expedita, que preside a Associação de Pequenos Produtores Quilombolas do Sítio Serra do Inácio, critica o uso político da entrega dos equipamentos por políticos da cidade e diz que não raro as doações ganham tração quando se aproxima o calendário eleitoral. Também diz que, em geral, as famílias que apoiam o prefeito têm preferência no acesso às caixas-d'água. "Quem é do lado do prefeito tem mais prioridade. Se ele desconhecer que eu não apoio ele, ele não entrega a minha", afirma a professora, que diz

ser aliada do prefeito Gildevan Melo. Cerca de 10 km adiante, no povoado Vila do Mel, não há água encanada nas casas e há famílias que sequer possuem cisterna e dependem da boa vontade de vizinhos. Mas a comunidade já conta no território da cidade de Betânia do Piauí, em outro estado e sob gestão de outra prefeitura. A cidade piauiense não recebeu nenhuma doação de cisterna ou caixa-d'água da Codevasf nos últimos anos, a despeito do grave cenário de insegurança no acesso à água. Moradora da comunidade, a agricultora aposentada Naielene Ferreira, 64, não possui nenhum tipo de reservatório na sua casa e depende da ajuda da filha e da boa vontade dos vizinhos para ter água no seu dia a dia. Ela tem usado a cisterna da casa de um vizinho, mas quando a água acaba nem sempre tem dinheiro para abastecer com o caminhão-pipa. Na comunidade, os pipeiros cobram até R\$ 130 para buscar água bruta em uma represa. Na Vila do Mel, moradores são atendidos por mais de uma prefeitura. O núcleo central do povoado faz parte do município de Betânia, mas grande parte dos moradores vota em Curral Novo do Piauí. Desta forma, a prefeitura atende parte das casas do povoado com água dos caminhões-pipa. O prefeito de Betânia do Piauí, Fábio Macedo (PP), confirma as dificuldades em atender a população e diz que o município dispõe de apenas dois caminhões-pipa — um próprio e um contratado — para abastecer as casas da cidade. Também informou que pleiteou equipamentos à Codevasf, mas não foi atendido. A Codevasf informou que suas doações para os municípios são realizadas após avaliação técnica, legal e de conveniência socioeconômica. A reportagem não conseguiu contato com o prefeito de Santa Filomena (PE), Gildevan Melo.



Cisternas estocadas em depósito da prefeitura em Campo Formoso (BA), berço político do deputado federal Elmar Nascimento. Fotos: Mathilde Missio eiro/Folhapress

# Caixas-d'água ficam estocadas em cidade de líder do centrão na Bahia

Município que é berço de Elmar Nascimento tem e tregas a conta-gotas; prefeito egerá interferência

## POLÍTICO DE SEC DELTA FOLH

João Pedro Tombo, Flávio Ferreira e Augusto Concon

**CAMPO FORMOSO (BA) E SÃO PAULO** Nas proximidades da rodoviária de Campo Formoso, cidade do sertão baiano a 406 km de Salvador, um terreno da prefeitura guarda equipamentos que são um tesouro em um município conhecido pelo clima árido e pela extensa zona rural.

Ao menos 200 reservatórios de água com capacidade de 10 mil litros cada um estavam estocados no depósito no último dia 18, quando a Folha visitou o município, à espera de distribuição para as famílias locais que vivem em situação de insegurança hídrica. Berço político do deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil), um dos líderes do centrão, a cidade é um fenômeno na relação com a Codevasf, estatal que vem sendo utilizada como uma espécie de "loja de políticos" nos governos Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT).

Desde o governo anterior, a Codevasf é área sob influência de Elmar, que apadrinou a indicação do diretor-presidente Marcelo Moreira. No ano passado, 98% dos mais de 123 mil reservatórios de água distribuídos pela estatal foram para a Bahia, a maioria por meio de emendas parlamentares.

O deputado da União Brasil é cotado para suceder Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara, em eleição que ocorrerá em 2025.

A Codevasf afirmou que suas doações são realizadas após avaliação técnica, legal e de conveniência socioeconômica.

A estatal argumenta que a Bahia é o maior e mais populoso estado do Nordeste, possui duas superintendências da companhia e tem o maior número de deputados federais da região, sendo beneficiária de mais emendas do que outras unidades da federação.

Sobre os reservatórios de água, destacou que a eventual destinação de maior quantidade de bens para a Bahia é compatível com a construção do estado e com a estrutura local da estatal.

Em um retrato dos abismos e distorções na distribuição de equipamentos de convivência com a seca, Campo Formoso foi beneficiada no último ano com a doação pelo governo federal de 500 tan-

ques de água de 10 mil litros, 400 caixas-d'água de 1.000 litros e 400 caixas de 500 litros.

A cidade é considerada de prioridade baixa para instalação de cisternas e outras tecnologias de acesso à água em estudo realizado pela Embrapa Territorial.

Reportagem da Folha neste mês de semana mostrou que 97% dos municípios tidos como de prioridade muito alta para a distribuição desses equipamentos foram deixados de lado na entrega de caixas-d'água no ano passado.

Os equipamentos destinados a Campo Formoso têm baixa capacidade de armazenamento, então dependem de forma constante dos caminhões-pipa para mantê-los abastecidos com água. Dessa forma, não dão às famílias a mesma autonomia das cisternas, que podem garantir até dez meses de água para beber e cozinhar em uma casa com quatro pessoas.

Os reservatórios chegaram ao município em novembro de 2022, e a distribuição tem sido feita a conta-gotas pela gestão do prefeito Elmo Nascimento (União Brasil), irmão de Elmar Nascimento e potencial candidato à reeleição em 2024.

Elmar Nascimento não respondeu aos questionamentos da reportagem. O prefeito Elmo negou que exista interferência política e disse que a distribuição dos equipamentos está sendo feita de maneira planejada.

A estratégia desapontou os moradores das áreas rurais da cidade, que viram o período chuvoso passar, enquanto parte dos reservatórios seguia estocada pela prefeitura.

Desde o início do ano, as caixas-d'água foram distribuídas em três oportunidades, atendendo as comunidades São Tomé, Baixo, Abóbora, Campo de Fora, Mandacaru, Angico, Cercadinho e Boi Morto.

Uma delas aconteceu em 28 de julho, aniversário de Campo Formoso, quando o grupo político de Elmar Nascimento mostrou força ao levar para a cidade os ministros Juscelino Filho (Comunicações) e Celso Sabino (Turismo), além do diretor-presidente da Codevasf, Marcelo Moreira.

No povoado Campo de Fora, a agricultora Denilde Gomes Batista, 29, recebeu uma caixa-d'água de 10 mil litros com a marca da Codevasf em meio a um ato festivo no povoado em julho, com a presença do prefeito e de vereadores. O equipamento foi entregue



Almeriza Sousa Santana, 46, agricultora, a frente de sua casa com uma cisterna recebida



Outdoor em Campo Formoso com Elmo Nascimento, Elmar Nascimento e o deputado estadual Juir Nascimento



A Folha ouviu relatos de famílias que receberam caixas-d'água e posteriormente venderam os equipamentos doados pela Codevasf. Em ao menos um caso, a reportagem flagrou uma caixa-d'água com a marca da estatal sendo anunciada para venda em uma rede social por uma moradora da cidade.

Com 71 mil habitantes, Campo Formoso é um dos polos mais importantes do sertão baiano, com economia centrada na agricultura e mineração. A cada dois anos, a cidade protagoniza uma das mais renhidas disputas políticas da Bahia, que passa ao largo de questões ideológicas ou partidárias.

Em clima de torcida de futebol, a cidade tem uma disputa entre os grupos políticos do Boca Branca, liderado por Elmar Nascimento, e dos Boca Preta, comandado pelo deputado estadual Adolfo Menezes (PSD), presidente da Assembleia Legislativa da Bahia. A disputa se espalha para os distritos e povoados da zona rural da cidade, onde aliados de ambos os grupos trabalham em prol de seus candidatos, mesmo fora do período de campanha eleitoral. Em setembro, outdoors espalhados pela cidade exaltavam os dois líderes políticos.

Além de distribuir caixas-d'água, a prefeitura de Campo Formoso tem atuado com a Codevasf na perfuração de poços nas comunidades rurais. Mas parte deles tem sido feita em terrenos particulares.

É o caso do poço que foi perfurado na propriedade do agricultor José Hamilton Barbosa, 70, onde há uma caixa-d'água com o emblema da estatal. Ele é apoiador do grupo político do prefeito no povoado de Tiquara.

Ele também conseguiu a perfuração do poço e a caixa com intermédio de um vereador na época da eleição municipal de 2020.

"A gente não vai rejeitar, né? A gente tem que ter a boa vontade de receber", afirmou Barbosa, que apoiou a eleição do hoje prefeito Elmo Nascimento.

Como o poço está em uma área particular e fechada com cercas de arame farpado, o uso da água é restrito a Barbosa e familiares que moram em casas vizinhas. Ainda assim, não é sempre que ele pode captar a água devido aos altos custos com energia e manutenção da bomba.

## Irmão de deputado nega ação política em distribuição

### OUTRO LADO

O prefeito Elmo Nascimento disse neste domingo (1º), após a publicação da reportagem pela Folha no site, que a gestão possui um cronograma de distribuição de equipamentos e negou haver interferência política ou distinção entre as famílias beneficiadas.

Segundo ele, até o mês de novembro o município estará com "todas, ou quase todas, as cisternas distribuídas, aproveitando chuvas que ocorrem nos dias do ano normalmente". O prefeito disse ainda que considerará Campo Formoso como de baixa prioridade é uma injustiça e falta de conhecimento da realidade da população.

"Fomos contemplados pela real necessidade de ferramentas para amenizar o armazenamento de recursos hídricos, já que aproximadamente 68% da população vive na zona rural."

Segundo ele, foram dezenas de comunidades atendidas em uma série de entregas, "respeitando os critérios do programa de gerenciamento de recursos hídricos, com total transparência".

Sobre a venda de caixas, afirmou que a ouvidoria recebeu denúncia sobre um item deste ano e que o equipamento foi recuperado.

A gente sabe que quem é mais ligado nos politicos acaba ganhando mais. Quem sabe quando chegar o tempo da politica a gente consiga alguma coisa

José do Nascimento, morador de Campo Formoso, não recebeu reservatório

em uma praça, e coube às famílias pagar pelo transporte e pela instalação do tanque, o que incluiu cavar um buraco no chão de terra para assentá-lo.

Na casa em que Denilde mora com o marido e três filhas, contudo, o tanque recém-entregue já apresenta vazaduras e pequenos rachados. Com o nível de água baixo, ela pediu há um mês um caminhão-pipa para abastecê-lo, por meio de um líder comunitário aliado do prefeito, mas ainda não teve retorno.

Para ter acesso ao reservatório, os moradores de Campo de Fora apresentaram uma série de documentos para provar que são agricultores familiares.

Mas parte deles lembra que há cerca de três anos, nas vésperas das eleições, um lote de caixas-d'água foi distribuído na sede da cidade sem as mesmas exigências.

Na época, a agricultora Almeriza Santana pagou cerca de R\$ 200 para transportar o equipamento até a zona rural.

Como gratidão, apoiou a candidatura de Elmo Nascimento à prefeitura: "Votei nele mesmo. A gente tem que ajudar quem faz alguma coisa".

Mas nem todos os moradores tiveram acesso aos tanques. Na localidade de Caldeira Verde, a agricultora Josinei Conceição de Jesus, 45, teve o seu pedido negado por já possuir uma cisterna de alvenaria que foi construída com recursos próprios há cerca de 20 anos.

Sua ideia era ter um novo reservatório para instalar nos arredores da casa de farinha, onde ela e o marido trabalham diariamente para transformar mandioca em subprodutos como tapioca. A produção, diz, demanda ao menos 200 litros de água limpa por dia.

"Deixamos quieto. A gente sabe que quem é mais ligado nos políticos acaba ganhando mais. Quem sabe quando chegar o tempo da politica a gente consiga alguma coisa", afirmou ela.



Maria de Fátima Jesus dos Santos, 68, pega água com o filho, Jos dos Santos, 47, em riacho em Água Branca (AL) Eduardo Knapp/Folhapress

## Secos pelos emendas trocam comida por água e fazem peregrinação

Trajetos ultrapassam 10 km em um dia em partes do Nordeste preteridas a instalação de cisternas

### POLÍTICO SEC

Artur Rodrigues

**ALAGOAS** Os jegues carregando galões azuis de plástico no lombo ou em carroças compõem uma cena frequente na beira das estradas de terra e nas serras do sertão de Alagoas.

A peregrinação é diária em busca de água, às vezes várias viagens por dia em jornadas que podem ultrapassar 10 km, debaixo de um sol escaldante e por trajetos íngremes.

O sertão e o agreste do estado compõem um dos pontos do semiárido que sofre o maior abandono de políticas efetivas que possibilitem à população conviver com a seca.

Como a **Fo ha** mostrou, emendas parlamentares e loteamento de órgãos federais que cuidam do tema criaram abismos no semiárido, com regiões inteiras abandonadas pelas políticas públicas.

Análise de dados inédita

mostra que a quase totalidade das cidades listadas em estudo da Embrapa Territorial como de maior prioridade para a instalação de cisternas não receberam nenhum reservatório no último ano de órgãos federais dedicados ao problema. A maioria desses municípios ca em Alagoas.

Um dos quadros mais delicados é o de Mata Grande, hoje em situação de emergência e atendida pela operação carro-pipa do Exército. A cidade tem serras e locais de difícil acesso nos quais esses caminhões nem conseguem chegar.

A agricultora Inês Galdino, 82, vive em uma das mais de mil casas na cidade que precisam de cisterna e não têm uma. Se tivesse o reservatório de 16 mil litros, poderia captar água no período chuvoso para viver no seco.

Há tempos o poder público não instala nenhum desses equipamentos por lá, e os existentes em algumas casas, já trazem as marcas do tempo, tendo sido construídos antes do abandono do programa federal de cisternas durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

O governo Lula (PT) prometeu retomá-lo, beneficiando 60 mil pessoas.

Inês vive praticamente como quando chegou ao local, em 1961, sem banheiro dentro da casa ou TV.

Moradores da região geralmente vão buscar água em fontes de difícil acesso, em caminhadas que podem durar duas horas por locais acidentados.

As viagens podem se repetir num mesmo dia, pois é preciso trazer remessas de água potável, para tomar banho, lavar louça e alimentar animais, entre outras atividades.

“Mas eu não consigo, sou doente”, diz Inês. “É um sacrifício tão grande pra nós pegar a água aqui.”

Sem fôlego para se aventurar pela serra, ela gasta o pou-

co dinheiro que tem pagando moradores da região para trazer seu suprimento de carroça — ao todo, R\$ 80 por mês, que farão falta na despensa, para complementar o pouco que dá na pequena roça.

O custo de uma cisterna, por volta de R\$ 6.000, é pequeno ante a revolução que faz nas vidas dos beneficiados. Perto da casa de Inês, a comunidade do Urubu vislumbra uma realidade diferente — não graças ao poder público.

Lá, a população gasta até duas horas para ir e voltar de uma fonte, a mais de 1 km de distância, por um caminho extremamente acidentado. Com ajuda de jegues, alguns moradores chegam a fazer o trajeto três ou quatro vezes num dia.

Cícero Claudino da Silva, 46, percorreu esse trecho incontáveis vezes. Mas as viagens diminuíram agora que ele e familiares receberam cisternas.

Neste ano, a organização Visão Mundial, em parceria com a iniciativa privada, instalou 20 cisternas na vizinhança e prevê chegar a 100 até 2024.

Como o reservatório de Cícero não está cheio, ele ainda vai até a fonte às vezes pegar água potável, mas o plano é conseguir car autossuficiente, como reza o treinamento pelo qual passou antes de receber o equipamento. “Isso é um ouro para nós. A gente sofria, não sofre mais”, diz Silva, lembrando da rotina diária.

“No verão, a gente saía 4h para pegar água longe, de jegue”, conta ele, que, no caminho tortuoso até a fonte, encontrava muitas mulheres, responsáveis pela maioria das casas ali, algumas já idosas.

Com rios que somem no período seco, o semiárido brasileiro tem o menor percentual de água reservada do país, cerca de 3%, segundo a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

Isso faz com que a água da chuva vire uma fonte impor-



**O carro-pipa uma moeda de voto nessa região do Nordeste. Quando eu não tenho água, eu fico nessa dependência de ter que pedir**

**Maria da Paz** coordenadora de projetos do Cactus, e tidade que atua o sertão alagoano

**Teve dias aqui que as lágrimas desciam do meu rosto, porque não tinha um pingo d'água pra lavar nem os olhos**

**Maria de Fátima dos Santos** agricultora que vive em assentamento do MST

tante de abastecimento, mas, segundo a entidade, há uma demanda de cerca de 350 mil cisternas de 16 mil litros para captar as precipitações.

Maria da Paz, coordenadora de projetos do Cactus, entidade que atua junto à população de diversas cidades do sertão alagoano, diz que as cisternas diminuem a dependência dos políticos locais.

“Na verdade, o carro-pipa é uma moeda de troca de voto nessa região do Nordeste. Quando eu não tenho água, eu fico nessa dependência de ter que pedir”, diz.

Vizinha de Mata Grande, Água Branca viveu seu momento mais crítico no fim de 2022 e começo de 2023, quando os caminhões da operação carro-pipa do Exército pararam de abastecer as casas.

A cidade, que tem déficit de cisternas para consumo humano em torno de mil equipamentos, passou a apelar a vereadores e à prefeitura.

Aos 68 anos, a agricultora Maria de Fátima dos Santos já teve que percorrer longas distâncias a pé para conseguir água em um povoado. “Teve dias aqui que as lágrimas desciam do meu rosto, porque não tinha um pingo d'água pra lavar nem os olhos”, diz.

“Tem um netinho meu que dizia que gosta de tomar banho. Eu disse: ‘meu lho, a água aqui é difícil’”, completa.

Ela vive em um assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com a família. A falta de reservatórios para todos, porém, faz com que a água seja insuiciente para todos os afazeres da casa mesmo quando o carro-pipa chega.

Embora os assentados sejam agricultores, sem água, pouca coisa nasce na terra seca e pedregosa onde Maria de Fátima mora. A criação de boves é uma das atividades principais por ali, mas matar a se-

de dos animais também exige que se busque mais suprimento em riachos próximos.

A família de Maria de Fátima faz trajetos frequentes de carroça até um riozinho que passa por aquelas bandas. Isso quando ele não seca.

Segundo José Neto, da direção nacional do MST em Alagoas, boa parte dos 19 assentamentos do movimento no sertão do estado têm problemas parecidos. Em desespero, alguns mandam mensagens ao movimento pedindo socorro.

“Bom dia, a coisa tá feia, porque até hoje não chegou água, meu lho. Parece que o jeito é arrumar minha trouxa e cair fora daqui. Até pinginho de água que tinha lá no riacho, que a gente vai cavando na areia para pegar, está secando. Se secar, meu lho, já era”, a rma o áudio de uma mulher, compartilhado com a reportagem.

A falta de água tem impacto na alimentação, uma vez que a agricultura é fonte não só de renda como de subsistência para as famílias.

De acordo com um levantamento da ASA, há uma demanda de cerca de 800 mil cisternas maiores para produção de alimentos no semiárido — em Alagoas, o número seria por volta de 27 mil.

Os problemas se estendem também a cidades do agreste alagoano, caso de Minador do Negrão.

A cidade é um dos cenários do lme “Vidas Secas”, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no clássico de Graciliano Ramos. Sessenta anos depois de a obra cinematográfica ser lançada, os moradores ainda enfrentam problemas de escassez hídrica.

O trânsito de carroças e motos com pessoas levando tonéis de água para cima e para baixo acontece mesmo em áreas urbanas, uma vez que a água encaçada desaparece com frequência.

Segundo membros da associação de agricultores da cidade, a maior carência ali é das cisternas para a produção de alimentos. Em 2021, moradores de 50 propriedades chegaram a pedir equipamentos de 52 mil litros. Trinta deles, porém, esperam até hoje.

Colaborou Flávio Ferreira, de São Paulo

**Orçamento mun c pal de SP para 2024 reforça políticas sociais e mudanças climáticas**

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

**CIDADE DE SÃO PAULO**

EstúdioFOLHA



Poço do Dnocs instalado em Estrela de Alagoas, cidade que reduziu o poder político de um aliado de Arthur Lira. Eduardo Knapp/Folhapress

## Poço vira farra com emendas, e terra de político é favorecida

Órgãos federais afirmam seguir indicações dos parlamentares e cumprir a lei

### POLÍTICO DE SEC

Artur Rodrigues e Flávio Ferreira

**ALAGOAS E SÃO PAULO** Estrela de Alagoas é um município de pouco mais de 15 mil habitantes que não chega a 0,5% da população de Alagoas. Na hora de perfurar poços, porém, o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) parece se preocupar bastante com a pequena cidade. Ali, está 1 de 5 cinco poços perfurados em todo o estado pelo departamento desde 2020, segundo dados do governo federal obtidos pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação. Foram 80 no período só nessa cidade.

Em Petrolina (PE), a instalação de poços também chama a atenção, uma vez que sozinho o município recebeu mais do que os estados de Alagoas e do Piauí somados, esses por meio da também federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Estrela de Alagoas e Petrolina são redutos de líderes do centro.

Estrela de Alagoas é área de Arlindo Garrote, atual coordenador estadual do Dnocs, ex-prefeito da cidade e cotado para concorrer nas eleições de 2024. Ele atua no órgão sob indicação política do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Já Petrolina é berço político da família Bezerra Coelho, que hoje tem o deputado Fernando Filho (União Brasil-PE) como seu principal representante em exercício de mandato.

A concentração de poços em redutos políticos é consequência tanto do loteamento de órgãos federais como do direcionamento das emendas parlamentares para áreas indicadas por deputados e senadores, e não necessariamente as de maior necessidade. Na semana passada, a Fo ha

mostrou situação semelhante com entregas de caixas-d'água e cisternas. Enquanto pessoas andam horas para pegar água em regiões de baixa influência de emendas, em cidades com padrinhos políticos fortes os equipamentos aparecem em depósitos.

A perfuração de poços foi adotada como uma grande vitrine política na gestão Jair Bolsonaro (PL), e o governo Lula (PT) manteve boa parte dos chefes dos órgãos federais que cuidam do tema.

Com a explosão das emendas, tanto a Codevasf quanto o Dnocs ampliaram o número de poços instalados e perfurados nos últimos anos, saindo de 642, em 2019, para 1.847, em 2022, um aumento de 188%. No caso de Alagoas, os chefes da estatal e do órgão voltados ao combate à seca são apadrinhados de Lira. A Codevasf é comandada por Joãozinho Pereira, primo do presidente da Câmara.

Joãozinho é ex-prefeito de Teotônio Vilela, cidade alagoana onde a Codevasf instalou mais poços desde 2021, um total de 23, de acordo com dados do governo. A segunda colocada nessa lista é Junqueiro, cidade onde Joãozinho pode concorrer a prefeito em 2024.

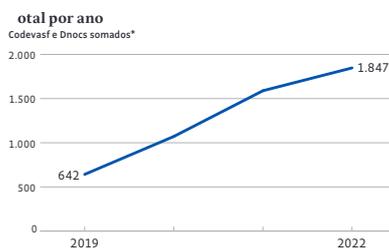
Teotônio Vilela e Junqueiro, por exemplo, não integram a lista de municípios classificados, em estudo da Embrapa Territorial, como prioritários.

Já Estrela de Alagoas, a "capital dos poços" em Alagoas, vive um problema grave de escassez hídrica, mas foi privilegiada em relação a diferentes outros municípios do semiárido que não receberam nenhum poço nos últimos anos nem da Codevasf nem do Dnocs.

A reportagem percorreu uma região do município onde é possível encontrar uma perfuração atrás da outra. "Ninguém nunca viu uma riqueza que nós estamos vendo aqui não", disse o agricultor Ailton Tenório, 58, com a enxada na mão. "Aqui foi furado, mais ou



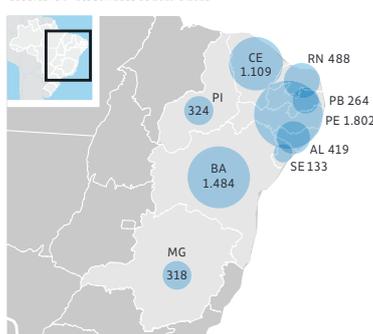
### Poços aumentaram 188% desde 2019



75 é o número de poços instalados pela estatal e pelo departamento em 2023

### Poços por UF

Codevasf e Dnocs somados de 2019 a 2023



\* Dnocs e viu o número de poços perfurados e Codevasf, de instalados. Fontes: Dnocs e Codevasf

uma propriedade que recebeu um poço do Dnocs, em Canapi, no sertão de Alagoas. A instalação foi inaugurada em rede social pela prefeitura local como "parceria" com Arthur Lira.

Ali, em setembro, nem mesmo os moradores da propriedade usufruíam do equipamento devido a falhas na bomba nos últimos tempos. "A bomba zoa um pouquinho, só que ela não joga água", diz Ludmila Turisheva, 30.

Os números de poços instalados seriam ainda maiores não fossem algumas licitações barradas. O TCU (Tribunal de Contas da União) vetou a execução de serviços em licitação suspeita do Dnocs de 2021 para instalação de 1.710 poços.

Audidores listaram indícios de irregularidades na concorrência pública, entre elas duplicidade de serviços, superdimensionamento de materiais e equipamentos e sobrepreço em serviços.

### governo diz não interferir no destino das emendas

#### OUTRO L DO

Em nota, o Dnocs afirmou que as perfurações de poços são realizadas "por meio de emendas parlamentares, que são destinadas ao estado e município solicitado pelo parlamentar responsável pela emenda, sem interferência do governo federal", e seguem a lei.

Arlindo Garrote, por email, afirmou que os poços perfurados seguem critérios técnicos e que o "trabalho é realizado em prefeituras ou associações que solicitam o serviço, não havendo qualquer tipo de direcionamento político". Ele afirmou também que a quantidade de poços perfurados não signifi ca que a totalidade é produtiva. Citou como exemplo Canapi, onde, de 19 poços perfurados, 9 foram classificados como secos e 10 como de baixa vazão.

Quando à auditoria do TCU, o Dnocs relatou que tem cumprido as orientações do tribunal de contas.

A Codevasf afirmou que "realizou perfuração de poços em 40 municípios alagoanos no período, localizados em diferentes regiões do estado — principalmente nas áreas de AL, Médio e Baixo Sertão". A conta, porém, inclui poços instalados, não instalados, secos e improdutos — diferentemente da usada pela reportagem, apenas com os primeiros.

A companhia também afirmou em nota que as emendas são usadas para promover o desenvolvimento regional e a redução de desigualdades, e sua aplicação "é bastante heterogênea entre os estados que integram a área de atuação da companhia".

A reportagem procurou Joãozinho Pereira via assessoria da estatal, mas a resposta não trazia menção a uma declaração específica do superintendente. Procurado por meio de seu gabinete na Câmara, o deputado Fernando Filho não se manifestou.

**Obras de contenção levam mais segurança à periferia de São Paulo**

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

**CIDADE DE SÃO PAULO**

EstúdioFOLHA

menos, de 15 a 18 poços."

Segundo os moradores, a abundância de poços tem nome e sobrenome: Arlindo Garrote, ex-prefeito da cidade e coordenador estadual do Dnocs.

Arlindo nomeia os responsáveis em suas redes sociais.

"Diversos municípios de Alagoas têm recebido a perfuração de poços artesanais do Dnocs através de emendas, onde agradeço a atenção do deputado federal Arthur Lira e da deputada estadual Angela Garrote [mãe de Arlindo], proporcionando tranquilidade e alegria para aqueles que mais precisam de água em plena estação do verão."

Embora seja alardeada nas redes sociais dos políticos, a política de perfuração de poços nem sempre é e caz.

Em muitos casos, os poços cam secos. Em outros, sem um sistema de dessalinização, a água salobra tem pouca ou nenhuma serventia para a população.

É o caso de um dos poços instalados na cidade de Estrela, que, segundo moradores, não serve nem para matar a sede de animais. "Infelizmente, o poço está só servindo de enfeite porque ninguém está usufruindo de nada. A água sai muito salgada", diz o agricultor Ericle Santos, 24.

Em um catálogo, a reportagem achou estimativa de preços de perfuração e instalação de poço com motobomba com sistema solar por valores unitários entre R\$ 95 mil e R\$ 170 mil, dependendo da profundidade.

As instalações de poços não raro rendem imagens impactantes nas redes, que mostram sondas perfuratrizes trabalhando até o surgimento da água. Geralmente, as cenas são acompanhadas de agradecimentos a políticos como Lira.

Pernambuco é o estado com mais poços instalados pela Codevasf, em um total de 1.222 de 2019 a 2023. Petrolina, reduto do deputado do clã Bezerra Coelho, recebeu 141 poços da Codevasf, o que supera a marca de perfurações em estados inteiros como Alagoas (95), Piauí (42) e Rio Grande do Norte (109) pela estatal.

Os poços, algumas vezes, são feitos até em propriedades particulares, com a condição de que vizinhos possam usar. Quem mora nos arredores acaba não utilizando as estruturas com frequência. A reportagem esteve em

## políti a

PAINEL | Fábio Anini  
pai@grupofolha.com.br

## Contra todos

Depois de ser alvo de uma ofensiva do Congresso nas últimas semanas, o STF se prepara para enfrentar desgaste também com o Executivo por causa da retomada do julgamento sobre a revisão da correção do FGTS, na quarta (18). A ação questiona a atual correção do saldo das contas do fundo, hoje TR (Taxa Referencial) mais 3% ao ano, e alega que a fórmula prejudica o patrimônio do trabalhador. Já o governo afirma que alterá-la geraria prejuízo para moradia social e saneamento.

**SALGADO** Presidente do STF, o ministro Luís Roberto Barroso, relator da ação, defende que os recursos dos trabalhadores no fundo tenham pelo menos a remuneração da poupança. Segundo estimativas do Ministério das Cidades validadas pela Caixa, se o FGTS deixar de cumprir o papel de investir em infraestrutura social, o custo para os cofres públicos será de aproximadamente R\$ 17 bilhões ao ano.

**VAI FICANDO** Interlocutores do presidente Lula no meio jurídico avaliam que cresceu bastante a chance de ele manter por tempo indeterminado a procuradora Elizeta Ramos na chefia da Procuradoria-Geral da República. Ela ocupa o cargo em caráter interino desde o fim do mandato de Augusto Aras, no mês passado.

**EFEITO ORLOFF** A procuradora vem fazendo gestos à esquerda. Um exemplo é sua manifestação em ação contra homenagem ao coronel Erasmo Dias, expoente da ditadura, que batiza trevo em Paraguaçu Paulista (SP). Ela disse que a atitude "enaltece o autoritarismo". Um advogado próximo de Lula lembra ainda um precedente internacional. Na Argentina, o procurador Eduardo Casal ocupou interinamente desde 2017 cargo equivalente ao de PGR.

**DECLANANDO** O número de assentos em voos internacionais com destino ao Brasil vai empatar em janeiro de 2024 com o mesmo mês de 2020, último antes da pandemia, segundo um levantamento realizado pela Embratur. Serão 1,3 milhão, número 16% maior que o observado em janeiro de 2022. A previsão da agência é que, em maio do ano que vem, a malha aérea internacional que 1,5% acima do período pré-pandemia e seja 27,4% superior em relação a 2022.

## Três Poderes

## VENCEDORA DA SEMANA

O Itamaraty, que vem promovendo bem-sucedidos resgates de brasileiros de Israel e negocia a retirada de um grupo de Gaza.

## PERDEDOR DA SEMANA

O pré-candidato a prefeito de SP Guilherme Boulos (PSOL), obrigado a mudar o tom e criticar o Hamas após ser acusado por adversários de poupar o grupo terrorista.

## FIQUE DE OLHO

Semana intensa na agenda econômica, com votação de projeto para taxar fundos e offshores e julgamento de correção do FGTS no STF.

Com Gu Iherme Seto e Daniele Brant

## GRUPO FOLHA

## FOLHA DE SÃO PAULO ★★ ★

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

## Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL Digital limitado Digital Premium

PLANO MENSAL R\$ 29,90 R\$ 39,90

## EDIÇÃO IMPRESSA

	Venda avulsa	Assinatura semestral*	
seg. a sáb.	dom.	Todos os dias	
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 9	R\$ 942,90
DF, SC	R\$ 7	R\$ 10	R\$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 11	R\$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 14	R\$ 1.618,90
Outros estados	R\$ 12	R\$ 15	R\$ 2.008,90

\*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

## CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

796.039 exemplares (agosto de 2023)



Camion-pipa da Prefeitura de Betânia do Piauí a caminho de barragem. Mathilde Missio/veiro/folhapress

## Emenda turbina 'indústria do carro-pipa', e doação sob critérios políticos avança

Acesso a água no semiárido depende de influência com prefeitura e vereadores, relata população; áreas prioritárias são menos atendidas

POLÍTICO D SEC  
DELT FOLH

## ALAGOAS, PIAUÍ, RIO GRANDE DO

## NORTE E SÃO PAULO

A antiga indústria clientelista dos carros-pipa no semiárido brasileiro foi turbinada nos últimos anos por uma cadeia que agora tem um novo ponto inicial: o volume recorde de emendas parlamentares de Brasília para a compra e indicação dos destinos desses veículos.

No ponto final, estão os prefeitos e vereadores que decidem quem receberá água.

O processo desse compadrio 2.0 se dá da seguinte forma: o parlamentar tem total autonomia para indicar ao governo federal onde e como quer gastar a verba e que tem direito, o órgão federal loteado pelo centrão faz a compra e entrega do equipamento, e a prefeitura (ou a entidade) recebe a doação, enaltece o padrinho político e passa a usar o caminhão-pipa, neste caso, muitas vezes com objetivo eleitoral.

Impulsionada pela verba política, a doação de caminhões-pipa pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), por exemplo, aumentou 464% de 2018 a 2022.

Os veículos chegaram a ser entregues até em carreatas com políticos deslocando pela cidade às vésperas da eleição. Boa parte dos equipamentos vem de uma mesma empresa, praticamente sem concorrência, e é entregue em cidades com padrinhos políticos, e não onde existe uma demanda mais clara por isso.

A concentração de carros-pipa em redutos políticos é mais uma consequência tanto do loteamento de órgãos federais como do direcionamento das emendas parlamentares, que empoderam o Congresso e esvaziam programas do Executivo.

Os recursos empenhados com emendas saltaram de R\$ 13,9 bilhões, em 2019, para R\$ 26,3 bilhões, entre janeiro e setembro de 2023.

No caso dos órgãos, tanto a Codevasf como o Dnoc (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) foram entregues pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e são mantidos dessa forma pelo presidente Lula (PT), dentro da política conhecida como "tomá lá dá cá".

A Folha já mostrou situação semelhante à dos carros-pipa com as entregas de ca-

## Infelizmente,

## a não tem

## essa concepção

## do voto

## de cabresto.

## E aí, eu já

## zamo mais

## fraco dessa

## história está

## na população

## do semiárido

## que sabe que

## há diferença

## entre passar

## seu nome

## para receber

## a água para

## o mestrado

## de depend

## do número

## de telefone

## de um vereador

## ou assessor

## político.

## No município

## de João Câmara

## (RN), a distribuição

## de água por

## carros-pipa

## está a cargo

## da prefeitura

## e, segundo

## Dioclécio

## Mendonça,

## líder do

## assentamento

## Santa Teresinha,

## uma comunidade

## indígena,

## o volume e o

## ritmo das

## entregas são

## influenciados

## por interesses

## políticos.

## "Já tivemos

## que dividir

## uma pipa

## d'água para

## duas cisternas

## na comunidade,

## enquanto

## as famílias

## que conseguem

## diálogo com

## o prefeito,

## ou que têm

## um diálogo

## com determi-

## nados vereadores,

## conseguem

## uma pipa

## d'água inteira,

## de 14 mil

## litros", diz

## Mendonça.

## "Infelizmente,

## ainda tem

## essa concepção

## do voto de

## cabresto. E aí

## utilizam a

## escassez da

## água, a necessi-

## dade das

## famílias, para

## utilizar como

## mecanismo

## de troca de

## votos", completa.

## Moradores

## ouvidos na

## cidade dizem

## que, geral-

## mente, os

## pedidos aos

## vereadores

## agilizam a

## atuação

## lenta da

## prefeitura.

## Bolsonaro,

## em inauguração

## de trecho da

## transposição

## do rio São

## Francisco,

## disse que

## "acabou a

## troca de

## votos por

## carro-pipa

## no Nordeste".

## Na prática,

## seu governo

## aumentou

## essa dependência.

## continua na

## pág. 5



polít ca

**cont nuação da pág. A4**  
 Enquanto a política que dava autonomia à população por meio de cisternas foi praticamente desmontada, explodiu a destinação de caminhões-pipa a redutos de políticos.

As doações de caminhões-pipa pela Codevasf passaram de apenas 22, em 2018 (antes do governo Bolsonaro), para 124 em 2022, segundo dados obtidos via Lei de Acesso à Informação. O número dessa frota recente é ainda maior, uma vez que o levantamento não incluiu veículos vindos de outros órgãos do governo federal e das administrações estaduais.

No mesmo período, a instalação de cisternas de 16 mil litros, que armazenam água da chuva, foi de 32.874 para 5.946, queda de 82%.

O resultado é a perpetuação da dependência desse tipo de serviço, o que acontece em Betânia do Piauí (PI), que não possui água encanada nem na área urbana.

Moradora da Vila do Mel, povoado que fica no alto da Serra do Inácio, Clarice Conceição dos Santos, 19, dependente da boa vontade da prefeitura para conseguir encher o reservatório que possui.

"Agente sempre tem que pedir para a prefeitura e esperar, mas nem sempre a água chega. Quando eles não mandam, a gente compra", afirma Clarice, que diz pagar até R\$ 120 por um caminhão de água.

Estudo da Embrapa Territorial analisou locais do semiárido de acordo com a necessidade de cisternas e outras tecnologias — embora foque reservatórios, por analisar diversas variáveis, ele também dá noção dos locais onde a população tem maiores problemas decorrentes da escassez hídrica no semiárido.

Cidades com prioridade alta e alta, como Betânia, receberam 21% dos 356 caminhões-pipa localizados pela reportagem desde 2018. Os locais com prioridades médias, baixas e muito baixas totalizaram 33% das doações. O maior percentual, de 46%, é formado por municípios

de fora do semiárido, tanto na região Norte como no litoral do Nordeste.

Um alívio é a operação carro-pipa mantida pelo Exército, que, segundo relatos, escapa do clientelismo das prefeituras. A ação, porém, é limitada e temporária.

As entregas apadrinhadas por políticos acontecem muitas vezes às vésperas das eleições. Em 2022, por exemplo, um pátio cheio de equipamentos vindos da Codevasf em Mossoró (RN), incluindo dez caminhões-pipa, se esvaziou após o pleito. A cidade recebeu cinco deles.

Na mesma cidade e período, parte da frota foi usada em uma carreta pelas ruas do município, com participação do prefeito Allysson Bezerra (hoje no União Brasil). Em rede social, ele aproveitou para agradecer ao então presidente Jair Bolsonaro.

A reportagem analisou licitações da Codevasf, nas quais, em grande parte dos casos, a vencedora foi a concessionária Deva Veículos. Esses pregões, principalmente em 2021, foram marcados pela inexistência de competidores ou baixa concorrência.

Em um deles, no Rio Grande do Norte, a Deva concorreu sozinha e não deu desconto algum. Em outro caso, em Minas Gerais, ela teve seu preço mais baixo, que fez lance acima do valor máximo indicado pela Codevasf — o desconto saiu inferior a 1%.

O dono da empresa é Vittorio Mediolí, prefeito de Betim (MG), que chegou a defender a separação do Nordeste do Brasil após a derrota de seu aliado Bolsonaro nas eleições. Após a repercussão, ele se retratou.

Não são apenas os veículos vindos do governo federal que alimentam a indústria dos carros-pipa. Em setembro, um veículo do governo alagoano foi entregue em evento com arestas de comércio pelo prefeito da sertaneja Mata Grande (AL), Erivaldo Mandú (PTB).

Tempos depois, a reportagem esteve no local, o pequeno povoado de Santa Cruz do Deserto, e encontrou o

caminhão estacionado em um posto de gasolina. Na vizinhança, os moradores dizem que a dinâmica é apelar ao vereador da região, geralmente alguém próximo do grupo político do prefeito.

"Tem uns colegas conhecidos deles, se a gente pedir eles falam com eles [vereadores]", diz o agricultor Luis Araújo, 35.

**Estatal afirma que doaç es seguem análises técnicas**

**OUT O LADO**  
 A Codevasf afirmou que as doações de caminhões-pipa "são precedidas de análises de adequação técnica, conformidade legal e conveniência socioeconômica, independentemente da origem dos recursos empregados".

A estatal diz que as doações dão suporte ao fornecimento de água para comunidades rurais difusas, especialmente durante longos períodos de estiagem.

Sobre os pregões, afirma que são realizados pelo portal de compras do governo e abertos à livre participação. Os procedimentos, diz a empresa, são realizados com estrita observância à lei, e a competitividade é "determinada por circunstâncias de mercado".

O Grupo SADA, do qual a Deva Veículos faz parte, afirmou que a empresa participa de pregões de acordo com a Lei de Licitações e Contratos e todos os seus processos são auditados e estão documentados e disponíveis no Portal da Transparência.

"A empresa tem uma rigida política de compliance e cumpre com todas as etapas obrigatórias dos editais, que são públicos e nacionais, obedecendo, portanto, à modalidade de concorrência e aos preços de referência de mercado estabelecidos como teto pela ARP (Ata de Registro de Preço)", completou.

**Artur Rodrigues, Cristiana Martini, Flávio Ferreira, João Pedro Pitombo e Renato Moura**



# Investimento em professores põe Ses -SP à frente em avaliação internacional

Média dos alunos da entidade paulista supera as do Chile, melhor país da América Latina no Pisa, que avalia desempenho de adolescentes em matemática, ciências e leitura

Uma combinação de metodologias inovadoras e focadas a aprendizagem do estudante, um currículo aliado com as demandas da sociedade e um forte investimento na formação dos professores. É essa combinação de práticas que levou a rede do Sesi-SP (Serviço Social da Indústria do estado de São Paulo) a um desempenho superior aos alcançados por países como o Chile e o Brasil no Pisa, avaliação mundial de desempenho dos órgãos organizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Nas três áreas avaliadas — leitura, matemática e ciências —, as médias da rede Sesi-SP foram superiores às do Chile, país com o melhor desempenho no Pisa em América Latina.

O Pisa é composto de duas medidas. O global foi o resultado agregado para comparações internacionais e formulação de políticas públicas. Já o Pisa para Escolas foca em substituições de ensino individualmente. Ambos têm as mesmas características: avaliam o desempenho e as habilidades de estudantes de 15 anos nas áreas selecionadas.

Em leitura, a média obtida pelos estudantes do Sesi em 2022 foi de 466 pontos. A média do Chile, em exame realizado em 2018, foi de 452. A brasileira, do mesmo ano, ficou em 413. A rede estadual paulista, em 411, em exame realizado em 2021.

Os desempenhos em matemática e ciências seguiram o mesmo padrão. Na primeira área, a rede Sesi-SP tem média de 456, contra 417 do Chile e 384 do Brasil e São Paulo. Em ciências, os resultados são 455 (Sesi-SP), 444 (Chile), 404 (Brasil) e 395 (SP).

O exame foi aplicado a todas as turmas elegíveis, cerca de 4.000 estudantes de 65 escolas — de um total de 142 unidades distribuídas por 112 municípios paulistas, que integram a rede do Sesi-SP.

"Nosso currículo busca formar estudantes com competências globais, pois vivemos em um mundo sem fronteiras. Escolhemos participar do Pisa para Escolas como forma de comparar nossos resultados com os de outros países e o nosso", explica Karina Stefa, supervisora técnica educacional do Sesi-SP.

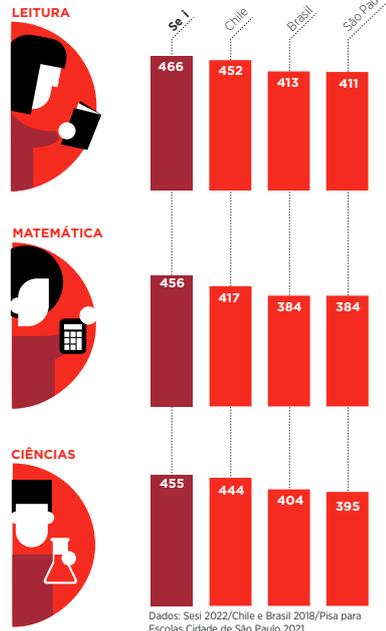
Para Karina, o bom desempenho se deve à maneira de trabalhar com a prova e a metodologia de ensino do Sesi-SP, que vai além da simples aquisição de conhecimento. "Nas nossas escolas, o estudante precisa saber o que fazer com aquilo que está aprendendo, aplicar o conhecimento em processos autorais. Buscamos desenvolver habilidades mais complexas", afirma.

Além disso, os professores são estimulados a fazer uma "escuta ativa" dos estudantes, quer dizer, ele interage com os estudantes, busca do compreender e valoriza o raciocínio que o aluno faz para chegar à resposta.

Outro destaque da rede do Sesi-SP no Pisa para Escolas é o bom desempenho em matemática. O estudante que responde a questões de matemática de forma correta, rompe com ideias pré-concebidas em relação ao aprendizado e potencial das matemáticas.

**MÉDIAS DO SESI NO PISA PARA ESCOLAS**

Estudantes do Sesi se destacaram nas três áreas avaliadas pelo Pisa



**NÚMEROS**

Rede Sesi de ensino

**100 mil** estudantes atendidos em média  
**142** escolas  
**112** municípios do estado de São Paulo atendidos por unidades da rede

Nesse processo, o professor ocupa um lugar central e, por isso, o Sesi-SP investe na formação dos professores. Um exemplo é o trabalho realizado com os docentes de matemática. "Formamos nossos professores para desmistificarem, junto aos estudantes, a ideia de que a matemática é difícil, fomentando a realização de propostas significativas para a construção do conhecimento. O ensino da matemática é contextualizado por meio de problemas, fazendo o aluno ficar mais engajado e atuando no processo de aprendizagem", afirma Kari.

Além disso, os professores são estimulados a fazer uma "escuta ativa" dos estudantes, quer dizer, ele interage com os estudantes, busca do compreender e valoriza o raciocínio que o aluno faz para chegar à resposta.

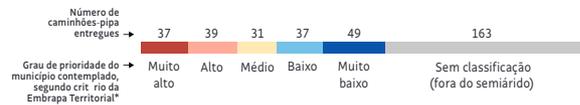
Outro destaque da rede do Sesi-SP no Pisa para Escolas é o bom desempenho em matemática. O estudante que responde a questões de matemática de forma correta, rompe com ideias pré-concebidas em relação ao aprendizado e potencial das matemáticas.

**Entrega de caminhões-pipa explode sob impulso de emendas**

O número de doações pela estatal Codevasf aumentou 464%...

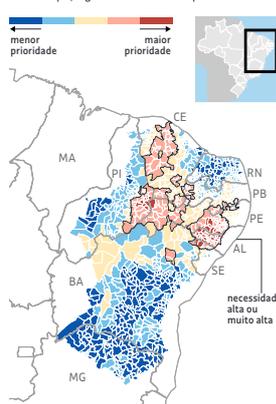


**Locais citados como prioritários para cisternas foram menos contemplados**



**Grau de vulnerabilidade à seca**

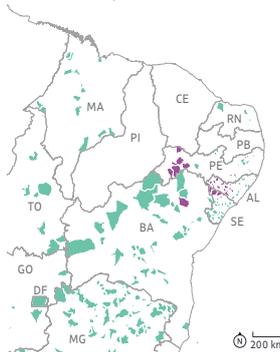
Por município, segundo critério da Embrapa Territorial



**Municípios que receberam caminhões-pipa**

De 2018 a 2022

- Prioridade alta ou muito alta\*
- Prioridade média/baixa ou fora do semiárido\*



\* Em estudo da Embrapa Territorial em locais prioritários para cisternas e outras tecnologias de acesso à água. Fonte: Codevasf, via Lei de Acesso à Informação



Fotos Mathilde Missio - eiro/Fothapress

# efém de carro-pipa esquecido por emenda recebe água sem tratamento

Betânia do Piauí, que não possui água encanada e cada família urbana não foi beneficiada com recursos

**POLÍTICA**

João Pedro Pitombo e Mathilde Missionheiro

**BETÂNIA DO PIAUÍ (PI)** O sol do meio-dia castiga, e Maria José dos Remédios, 47, encontra refúgio na sombra de uma algarobeira, árvore típica do semiárido. Após a manhã de trabalho intenso, a agricultora se permite um momento de descanso depois de almoçar um prato com arroz, feijão e ovo. Moradora da comunidade quilombola do Baixão, zona rural de Betânia do Piauí (516 km de Teresina), Maria aguardava o cair do sol para cuidar das bananeiras que plantou ao lado de casa. Mas não tem muita esperança: com o período das chuvas ainda distante, sabe que a produção de milho vai virar. Seu único reservatório de água é uma cisterna que fez com recursos próprios e demandou 380 blocos e sete sacos de cimento. Na terceira semana de setembro, o reservatório completava 22 dias vazio, à espera de um caminhão-pipa do Exército que viria apenas em outubro. Para suprir a demanda do dia a dia, ela e o marido dependem de uma logística complexa: vão até um tanque, enchem os tonéis de água e levam para casa em uma carroça puxada por um burro: “É um pedacinho bom de chão para a gente chegar lá. Não é fácil”. O município de Betânia do Piauí é uma espécie de oásis às avessas. Encravada em uma das regiões mais carentes do semiárido, a cidade é uma das poucas do estado que não possui água encanada nem na zona urbana. Seus 6.200 habitan-

tes são reféns dos caminhões-pipa, que abastecem as casas com água sem tratamento. Mesmo com tamanha insegurança hídrica, a cidade não foi beneficiada com doações de reservatórios de água por órgãos federais como Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). O cenário reflete o contraste entre as áreas ignoradas e as abastadas em equipamentos de convivência com a seca, efeito direto do avanço das emendas parlamentares, que empoderam o Congresso com envio de recursos apenas para áreas indicadas por deputados e senadores. A intervenção mais recente da Codevasf na cidade foi uma quadra de esportes, inaugurada em dezembro de 2021. Enquanto isso, a obra de barragem que está sendo feita por meio de um convênio com o governo federal está parada e com os repasses suspensos. Com orçamento restrito, a prefeitura possui dois caminhões-pipa — um próprio e um alugado — para abastecer as casas da cidade, cenário que cria uma fila da água cuja espera pode chegar a semanas. Na zona rural, 12 caminhões do Exército levam água para as comunidades. Quem não pode esperar tem que pagar por um caminhão de água — a prefeitura estima que 40 veículos particulares fazem esse trabalho. O preço de uma “carroça” para encher uma cisterna pode variar entre R\$ 70 e R\$ 130, a depender da distância da localidade. Na represa, que fica nos arredores da zona urbana da cidade, o vaivém de veículos é intenso. Os pipeiros fazem até sete viagens por dia para recolher e distribuir a água para as famílias. A água bruta é distribuída sem nenhum tipo de tratamento. Sem água limpa encanada, as famílias improvisam: usam cloro para eliminar as impurezas e recorrem a bombas para levar a água da cisterna para as torneiras de casa. “Esta água eu uso só para banhar, lavar roupa e lavar louça. Para beber e para fazer comida, a gente usa água mineral. Tem que comprar toda semana”, afirma a dona de casa Kalliane Pereira, 21, que mora com o marido e o filho em uma casa na região central da cidade. Sem acesso à água potável de forma permanente, não são raros os casos de doenças infecciosas na cidade. A taxa de mortalidade infantil, se-



Esta água [sem tratamento do carro-pipa] eu uso só para banhar, lavar roupa e lavar louça. Para beber e para fazer comida, a gente usa água mineral. Tem que comprar toda semana. Kalliane Pereira. Do lado de casa, moradora da região central

A solução é um reservatório grande para, quando vir a chuva, aquela água não ir para tão longe. Ela tem que ficar na comunidade. Ideia de Santos Souza. Presidente da associação dos produtores quilombolas do Baixão, a zona rural

A perna da gente já anda fraca de tanto que a gente anda para pegar água. Marizete Maria dos Santos, 35, dona de casa

gundo dados do IBGE, é de 38 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, número quase quatro vezes maior do que a média nacional. Nas comunidades da zona rural, o cenário é mais complexo. Sem abastecimento frequente por meio dos caminhões-pipa da prefeitura e do Exército, as famílias se viram como podem e muitas vezes chegam a percorrer quilômetros para buscar água em pequenos açudes e tanques-d'água. Em parte dos povoados, equipamentos de dessalinização são a única opção de água para beber e cozinhar. Na comunidade quilombola do Baixão, dois sistemas são utilizados para tratar a água salobra retirada de poços artesianos, separando a água potável da água salgada. O estoque, contudo, é limitado. O sistema é acionado apenas três vezes por semana, quando as famílias fazem fila para abastecer garrações, galões e até baldes com a água que vai para consumo próprio. Moradora da comunidade, a dona de casa Marizete Maria dos Santos, 35, não possui cisterna em casa para armazenar água. Diariamente, ela acorda por volta das 4h para buscar água em uma fonte, de onde volta carregando baldes nas mãos e na cabeça. “A perna da gente já anda fraca de tanto que a gente anda para pegar água”, afirma Marizete, cuja jornada ainda inclui mais caminhadas para buscar lenha para cozinhar para a família. Idenalza Santos Souza, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas de Baixão, afirma que a falta de abastecimento de água é um problema crônico que afeta principalmente a população mais vulnerável, que muitas vezes deixa de comprar comida para contratar um caminhão-pipa. Para dar maior autonomia às famílias, ela defende a construção de novas barragens, açudes e tanques-d'água na comunidade para garantir água na estagem, que pode chegar a oito meses por ano. “A solução é um reservatório grande para, quando vir a chuva, aquela água não ir para tão longe. Ela tem que ficar na comunidade”, afirma. Para tentar contornar o problema de abastecimento em Betânia do Piauí, o prefeito Fábio Macedo (PP) iniciou a construção de uma barragem de maior porte na cidade, primeiro passo para no futuro poder garantir a água tratada e encanada na torneira das casas. Orçada em R\$ 5 milhões e com 81% de execução, a obra é feita por meio de convênio com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. O prefeito alega que os repasses foram suspensos no início do governo Lula (PT) e diz ser vítima de perseguição política por ser aliado do senador Ciro Nogueira (PP), ex-ministro e apoiador de Jair Bolsonaro (PL). Em nota, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional informou que a prefeitura paralisou a obra da barragem em 2022 função rescisão contratual com a empresa contratada. Uma nova licitação foi realizada em abril deste ano. A pasta informou que prazo do convênio será ampliado para abril de 2024 e que ainda vai realizar a complementação orçamentária para repassar a última parcela da obra, no valor de R\$ 2 milhões.



**CIDADE DE SÃO PAULO**

EstúdioFOLHA:

Verba para melhor as nas escolas municipais da SP aumenta 90% em 4 anos

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

1 Caminhões-pipa reabastecem em barragem em Betânia do Piauí, cidade que não tem água encanada. 2 Kalliane e Pereira Rodrigues, moradora da região central, que compra água para beber. 3 Maria José dos Remédios da Silva, moradora da comunidade quilombola do Baixão, está com a cisterna vazia e usa carroça para buscar água. 4 Marizete dos Santos, que acorda às 4h para buscar água em uma fonte na zona rural



Morador utiliza baldes e galões para transportar água às comunidades indígenas de João Câmara (RN) Fotos: Alla Lira/Folhapress

## Comunidade indígena tem conflito e favor político por água

Relatos com relações de poder e favores ocorrem nas comunidades do Território Indígena da Me do ça

### POLÍTICO DE SEC

Renata Moraes

**JOÃO CÂMARA (RN)** A cada dois dias, sempre antes das 6h, o agricultor Gileno Gomes Silvino entra no ponto mais disputado em Serrote de São Bento (RN): a água.

Um poço com pequeno sistema de dessalinização empoeirado atrai homens, mulheres e crianças até de áreas vizinhas. É a única fonte pública de água doce com oferta gratuita na comunidade indígena. Ali, parte da população permanece à mercê de carros-pipa oferecidos pela prefeitura. É para poucos a possibilidade de desembolsar R\$ 7 por um garrafão de 20 litros de água ou até R\$ 400 para abastecer uma cisterna de 16 mil litros.

Nessa busca pela água, histórias que envolvem privilégios e outras relações de poder, casos de conflitos e favores eleitorais são alardeados como típicos nas comunidades do Território Indígena Mendonça.

Depoimentos nessa direção se espalham na porção do território indígena encravada em João Câmara. O município — com situação de emergência

reconhecida pelo governo federal desde setembro — abrange, além de Serrote de São Bento, a comunidade indígena do Amarelão e os assentamentos indígenas Santa Terezinha, Marajó e Açucena.

São cerca de 900 famílias e 3.000 pessoas da etnia Potiguara-Mendonça, a maior população indígena do estado.

Carros-pipa do município entregam às comunidades só água salobra, de aparência turva, com pouca ou nenhuma serventia à população. O sabor é descrito como um pouco mais aliviado que o da água do mar.

A lista para abastecimento com esses carros-pipa não exige cadastro oficial nem dispõe de cronograma formal. Muitas das demandas passam pelo WhatsApp de Francisco Venâncio da Silva, o Nino, assessor do gabinete do prefeito Manoel Bernardo (União Brasil).

Pessoas da região estimam espera de até um mês pelo fornecimento. Uma moradora arrou sob reserva que muitos acabam procurando vendedores e depois cam comprometidos em votar naquele a pessoa na eleição seguinte.

“A gente sabe que a água é



Sistema de dessalinização para as comunidades de João Câmara é uma das únicas fontes de água potável da região

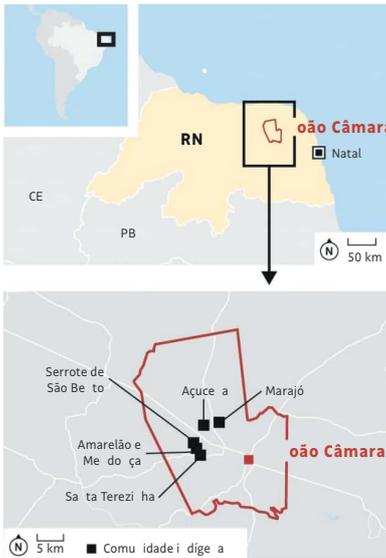


Foto: UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

um direito nosso, principalmente a de beber. Só que para a gente ter esse direito é difícil”, diz a professora Rejane Batista, liderança indígena de Serrote de São Bento.

Liderança indígena da comunidade Amarelão, José Carlos Tavares da Silva conta que promessas políticas que envolvem a água são apostas de candidatos em toda eleição.

Conflitos entre as famílias são registrados na la do poço, por exemplo, quando alguém pega mais água do que deveria e outras pessoas saem com os baldes vazios. O limite de retirada, por casa, é de 40 litros por dia.

“Pode ser mais ou menos, dependendo da necessidade”, diz Fabiano de Lima Franco, 36, operador do sistema de dessalinização de Serrote de São Bento.

No caso das cisternas, Nino afirma que, em razão de conflitos nas comunidades, algumas famílias evitam usar pontos de abastecimento coletivos.

“São desunidos e o maior critério que usamos [para distribuição da água] é colocar em pontos onde a maioria pega. Onde o pessoal vive de briga ca por último”, resume.

Apesar de investimentos para ampliação de dessalinizadores, a oferta de água potável é insu ciente e incerta — é esporadicamente interrompida por problemas nas máquinas ou por falta de insumos.

Os chafarizes que o sistema da maior usina na área alimentam voltaram a funcionar no final de setembro, após dois meses em manutenção — e mediante taxas, a partir de R\$ 0,50 por cha de abastecimento, de nidas pelas comunidades.

Na comunidade Marajó, um sistema dessalinizador instalado pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde), em convênio com a prefeitura, foi inaugurado há mais de um ano, mas até o final de setembro permanecia inativo e tomado por matos, segundo as famílias.

“Esse foi tipo um dinheiro público jogado fora”, diz Kaline Felipe, liderança indígena do assentamento.

A energia necessária ao funcionamento foi ligada após contato da Fo ha com a prefeitura da cidade.

Carros-pipa não chegam ao assentamento Açucena porque, segundo o município, há um poço e um dessalinizador atendendo a comunidade.

No local, a cacique Renata Batista de Oliveira afirma que é preciso buscar em Natal, a cerca de 100 km dali, o produto e o ltro necessários para “fazer água doce”.

A situação nas comunidades teria piorado com o encerramento da Operação Carro-Pipa do Exército. Os caminhões com água potável deixaram de abastecer o território indígena há cerca de dois anos, segundo as lideranças.

O município está oficialmente excluído desde agosto de 2022 devido ao vencimento do decreto de situação de emergência e da não apresentação de documentos, disse o

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A doutora em antropologia Taisa Lewitzki chama a atenção para o contexto de desigualdade hídrica como produto das relações de poder.

Ela estuda a região há cinco anos e observa que a falta de acesso à água em quantidade e qualidade não tem causa apenas natural, mas está associada à produção de formas de controle, distribuição, gestão e acesso desigual ao recurso.

Na casa de Selma Teixeira, no Amarelão, botijões de água mineral passaram a ser consumidos em meio a di culdades de logística até as fontes públicas — o setor é o mais distante da água doce na comunidade.

“Um dia, mesmo se eu não tiver mais existindo, eu queria que ao menos meus netos tivessem água encaçada para abrir um chuveiro”, diz.

### prefeitura fala em cronograma para entrega de água

#### OUTRO L DO

A Prefeitura de João Câmara diz ter um cadastro para atendimento às famílias e afirma que o critério de distribuição é que a comunidade disponha de pontos de abastecimento — cisternas que atendam, em média, de três a quatro famílias.

“A entrega é feita de acordo com um cronograma e estima-se que a água perdure um mês, todavia, temos relatos de que alguns moradores também utilizam a água para o consumo de animais, cultivo de plantas e a ns, não priorizando o consumo humano, assim, quando isso ocorre é necessário esperar o próximo ciclo”, diz em nota.

O atendimento por meio de WhatsApp, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, ocorre em situações de emergência. A Câmara Municipal não se manifestou.

Nino, do gabinete do prefeito, disse que recebe salário para “car de olho nas precisiões das comunidades sobre água”, mas admite que a oferta é pouca para muita gente.

A Companhia de Águas e Esgotos do estado disse que o fornecimento segue os padrões de potabilidade, não sendo responsável por condições posteriores de armazenamento.

Segundo Carlos Nobre, engenheiro agrônomo e coordenador da assessoria técnica da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, as políticas estaduais de acesso à água funcionam, mas nos últimos anos têm enfrentado “altos e baixos em decorrência da disponibilidade de recursos financeiros”.

Já a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde arrou que desde o início do ano enviou equipes para avaliar a situação e que elabora um plano de ação para fortalecimento da assistência à saúde.

## Procuradoria eleitoral se manifesta a favor de inelegibilidade de Bolsonaro por 7 de Setembro

José Marques

**BRASÍLIA** A Procuradoria-Geral Eleitoral se manifestou neste domingo (15) a favor da inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por, segundo o órgão, ter usado as comemorações do bicentenario da Independência, no ano passado, para fazer campanha eleitoral com uso de dinheiro público.

O órgão protocolou a sua manifestação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em ações apresentadas pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que concorreu à Presidência, e pelo PDT. Elas afirmam que o ex-presidente se aproveitou das cerimônias oficiais da data, em Bra

sília e no Rio de Janeiro, para promover a sua tentativa à reeleição.

Bolsonaro já foi declarado inelegível por oito anos em outra ação, que tratava de reunião com embaixadores na qual fez ataques e divulguou mentiras sobre o sistema eleitoral. Mesmo se condenado neste novo processo, não há efeito prático em alterar o período de inelegibilidade.

Na ação sobre o 7 de Setembro, a senadora afirma que houve abuso de poder político e de poder econômico com os atos. Ela argumenta que houve um incremento substancial de recursos que normalmente são designados para as festividades e que os eventos oficiais foram situados próximos

de comícios do então candidato à reeleição.

Para o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, Bolsonaro “preenche todos os pressupostos para a aplicação da pena de inelegibilidade” em decorrência do evento.

“Efetivamente, a prova dos autos revela uma intencional hibridação dos eventos oficiais, custeados e organizados pelo governo federal, com os atos de campanha do candidato à reeleição”, disse Gonet em sua manifestação.

“A confusão serviu ao intuito de promover a reeleição por que se batia o candidato, desde sempre identificado com os valores militares e do patriotismo. As festividades oficiais do dia 7 de Se

tembro, em que tradicionalmente se enaltecem precisamente essas qualidades, sem dúvida que poderiam contar com a presença do chefe de Estado”, acrescentou.

“Não lhe era dado, entretanto, transformá-las em momento de campanha eleitoral, com exploração de investimentos de recursos do erário, de pessoal e de bens públicos.”

No processo, a defesa de Bolsonaro argumentou que não houve uso ilegal, com o eleitoral, das comemorações de 7 de Setembro.

Segundo o advogado de Bolsonaro, Tarcísio Vieira, as comemorações do evento cívico ocorreram “de forma naturalmente aberta e institucional, com a presença de autoridades

e convidados no palco oficial”.

“Ocorreram desfiles e comemorações majoritariamente militares, de forma protocolar. E não foram produzidos e empreendidos, nesta fase, discursos e comportamentos político-eleitorais típicos de campanhas”, disse o advogado.

Ele acrescenta, porém, que após o encerramento da agenda oficial, o então presidente, “já sem a faixa presidencial, se deslocou a pé na direção do público e discursou, na condição de candidato”.

“Da mesma forma que outros candidatos poderiam ter feito, naquele exato momento e ao longo de todo o dia”, disse a defesa.

A Procuradoria-Geral Eleitoral, por outro lado, se manifestou contra a condenação de Walter Braga Netto, que concorreu a vice-presidente na chapa de Bolsonaro.

“Não há prova da participação do candidato a vice-presi-

dente Walter Braga Netto nos fatos narrados, nem da sua anuência a eles. O investigado, por isso, não pode sofrer a pena da inelegibilidade pelo abuso de poder político, em conformidade com a jurisprudência do TSE.”

Ainda não há data para o julgamento dessas ações relacionadas ao 7 de Setembro.

Bolsonaro é alvo de uma série de processos no TSE.

Em junho, por 5 votos a 2, a corte declarou Bolsonaro inelegível por oito anos, em razão dos ataques e mentiras contra o sistema eleitoral em reunião com embaixadores. Além disso, atualmente, o TSE julga outras três ações contra Bolsonaro, relacionadas a um dos lives semanais para pedir votos e de eventos de apoio no Palácio do Planalto e no Palácio da Alvorada. Nesses casos, Gonet se manifestou contra punições ao ex-presidente.

# política

PA NEL | **Fábio Zanini**  
pai@grupofolha.com.br

## Parte pelo todo

Policiais rodoviários federais têm manifestado descontentamento com o que consideram tratamento desigual recebido pela corporação por parte do Ministério da Justiça e criticam declarações que a qualifica de violenta. Eles demonstram insatisfação com o que avaliam ser um tratamento mais amplo dado pela pasta a alguns episódios envolvendo a PRF, como as mortes de Heloisa da Silva Santos, 3, e de Genivaldo de Jesus Santos, 38, provocadas por ações de seus integrantes.

**MEGAFONE** Membros da PRF afirmam que há uma tentativa de atribuir à corporação a pecha de violenta a partir de episódios isolados. Eles reclamam e criticam declarações que a qualifica de violenta. Eles demonstram insatisfação com o que avaliam ser um tratamento mais amplo dado pela pasta a alguns episódios envolvendo a PRF, como as mortes de Heloisa da Silva Santos, 3, e de Genivaldo de Jesus Santos, 38, provocadas por ações de seus integrantes.

**PAPEL E CANETA** Um manifesto de lideranças do PSDB no estado de SP diz que o presidente nacional do partido, Eduard Leite, tomou uma atitude "ditatorial" ao determinar mudança no comando do diretório estadual. Assinam, entre outros, o ex-governador Rodrigo Garcia, os prefeitos Orlando Morando (São Bernardo) e Duarte Nogueira (Ribeirão Preto) e parlamentares.

**DIALÓGO** E o deputado federal Acácio Neves (PSG) descarta retornar à presidência nacional do partido e defende que Leite conduza uma ampla debate dentro da sigla sobre sua sucessão. "O melhor seria que ele pudesse continuar à frente do partido. Mas reconheço as suas limitações, e se for essa a sua decisão, temos que respeitá-la", diz Acácio.

**MILHAS** A Central de Movimentos Populares realizará seu 7º Congresso Nacional em Salvador entre os dias 26 e 29 de outubro, mês em que completa 30 anos. O evento deverá contar com a presença de ministros de Lula (PT) e do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT). A CMP tem cerca de 4.000 entidades filiadas.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Victória Azevedo

### Cláudio



GRUPO FOLHA  
**FOLHA DE S. PAULO** ★ ★ ★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
Ombudsman ombudsm@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080  
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital limitado R\$ 29,90	Digital Premium R\$ 39,90
-----------------------------	----------------------------	---------------------------

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 9	R\$ 942,90
DF, SC	R\$ 7	R\$ 10	R\$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 11	R\$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 14	R\$ 1.618,90
Outros estados	R\$ 12	R\$ 15	R\$ 2.008,90

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)  
795.185 exemplares (setembro de 2023)

# 'Barões da água' largam em vantagem nas eleições municipais de 2024

Políticos capitalizam apoio com distribuição de recursos hídricos e destinam equipamentos a redutos administrados por parentes

### POLÍTICO D SEC

Artur Rodrigues, Flávio Ferreira e João Pedro Pitombo

SÃO PAULO, ALAGOAS E BAHIA. As imagens de poços sendo abertos, caixas d'água entregues e carros-pipa em circulação prometem ser onipresentes nas campanhas eleitorais dos municípios do semiárido em 2024. Em boa parte dessas situações, sobrarão agradecimentos aos "barões da água", aquele tipo de político influente o suficiente em Brasília para indicar chefes de estaladas ligadas à segurança hídrica e mobilizar grande quantidade de emendas e recursos.

Esses gurões da política largam na vantagem para emplacar nas prefeituras aliados que, em alguns casos, são seus irmãos, cunhados ou primos. Série de reportagens da Folha mostrou como esses recursos e equipamentos podem acabar em cidades menos necessitadas, enquanto outras, sem padrinhos políticos, acabam ignoradas. Há até lugares com estoque de bens como caixas d'água, muitas delas já deterioradas, sob denúncias de que se trata de reserva para o período eleitoral.

Em troca de apoio político, Jair Bolsonaro (PL) distribuiu recorde de emendas e entregou ao centrão os principais órgãos que cuidam do tema de segurança hídrica, o Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). O governo Lula (PT) ampliou ainda mais essa política. O caso do parlamentar mais poderoso do país, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é emblemático. Lira indicou tanto o coordenador estadual do Dnocs, Arlindo Garrote, como o superintendente estadual da Codevasf, seu primo Joãozinho Pereira.

Ambos tiveram redutos eleitorais privilegiados por poços e outros bens, com ajuda de Lira. Os dois são cotados para concorrer a prefeituras no ano que vem: Arlindo, na cidade de Estrela de Alagoas, que já governou antes; Joãozinho para o Executivo de Junqueiro. O cenário é semelhante na Bahia, onde o deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil) transformou Campo Formoso (a 406 km de Salvador) em um dos principais destinos de emendas para aquisição de tanques e caixas d'água.

Em 2022, a cidade de 71 mil habitantes foi beneficiada com a doação pelo governo federal de 500 tanques de água de 10 mil litros, 400 caixas d'água de mil litros e 400 caixas de 500 litros. Em setembro, ao menos metade dos tanques de maior porte ainda estavam guardados em um depósito da prefeitura. Campo Formoso é berço político de Elmar e é comandada por seu irmão Elmo Nascimento (União Brasil), que vai disputar a reeleição no próximo ano. Antes de ser eleito em 2020, Elmo foi um dos superintendentes da Codevasf na Bahia e destinou equipamentos para sua cidade natal.

Na época, a Codevasf já era área de influência de Elmar, que indicou Marcelo Moreira para o cargo de diretor-presidente da Codevasf. A distribuição das caixas d'água em Campo Formoso

### Geografia dos barões da água



**AL Deputado federal Arthur Lira (PP)**  
O presidente da Câmara dos Deputados indicou o diretor-geral do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), o coordenador estadual de Alagoas do departamento e o superintendente da Codevasf no mesmo estado, além de ter emendas para poços



**BA Deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil)**  
Indicou o presidente da Codevasf e o superintendente da estatal em Juazeiro (BA) e teve seus redutos irrigados com equipamentos como caixas d'água



**PE Deputado federal Fernando Rodrigues (União Brasil)**  
Teve redutos políticos irrigados com grande quantidade de poços e caixas d'água



**PI Senador Marcelo Castro (MDB)**  
Emplacou o filho como superintendente da Codevasf em seu estado



**SE Deputado federal Gustavo Ribeiro (Republicanos)**  
Indicou coordenador do Dnocs no Sergipe neste ano e, em 2021, indicou mais de R\$ 13 milhões em emendas de relator ao departamento



**RN Senador Rogério Mari (PL)**  
Ex-ministro do Desenvolvimento Regional no governo Jair Bolsonaro (PL), capitaliza politicamente sobre obras hídricas e usou o lema "senador das águas" para se eleger ao Senado

**Tipos de equipamentos e viados por emendas\***  
Valor unitário  
Caixa d'água 2 mil litros R\$ 1.500

Cisterna R\$ 6 mil a R\$ 12.500

Poço R\$ 95 mil a R\$ 170 mil

Caminhão-pipa R\$ 500 mil a R\$ 700 mil

**Gastos da Codevasf com reservatórios em 2022**  
Maioria vem de emendas de relator e de bancada, que dificilmente identifica o do 'pai dos recursos'

Em R\$	Total geral 28.834.584,32
Relator	12.790.292,07
Bancada da Bahia	7.032.489,57
Sem emenda	3.168.810,24
Tito (Avante-BA)	1.373.721,13
Paulo Azi (União Brasil-BA)	462.479,80

Elmar Nascimento (União Brasil-BA)	353.560,00
Daniel Almeida (PC do B-BA)	351.733,14

Afonso Florence (PT-BA)	346.159,11
Raimundo Costa (Podemos-BA)	316.503,48

\*Pre os estimados com base do catálogo da Codevasf e pesquisas da reportagem. Fonte: reportagem e Codevasf

**500** tanques de água de 10 mil litros foram doados para Campo Formoso (BA), cidade de 71 mil habitantes e berço político do deputado Elmar Nascimento (União Brasil)

motivou ação de investigação judicial eleitoral movida pela chapa oposicionista liderada por Rosé Menezes, mas o caso foi arquivado pela Justiça. A eleição de 2024 deve replicar o embate histórico entre os dois principais grupos políticos da cidade: os Boca Branca, liderado por Elmar Nascimento, e os Boca Preta, comandado por Adolfo Menezes (PSD), presidente da Assembleia Legislativa da Bahia. Nas urnas, Elmo Nascimento deve medir forças com a ex-prefeita Rose Menezes (PSD), irmã de Adolfo, em um clima de rivalidade digno de torcidas de futebol.

A questão hídrica deve ser um dos principais temas da disputa municipal. Desde o início do ano, caixas d'água foram distribuídas em atos políticos em comunidades como Campo de Fora, Manda-

caru e Cercadinho. Uma das entregas aconteceu em julho, quando Elmar demonstrou força ao levar dois ministros para a cidade.

Na mesma linha, Adolfo Menezes tem direcionado emendas do orçamento estadual para a aquisição de equipamentos hídricos, que foram doados a associações comunitárias. No orçamento de 2023, foram 30 caixas de 500 litros, mil litros e 5.000 litros. A influência de Elmar segue em outros municípios. Em 2022, a Fo ha flagrou a Codevasf instalando cisternas em Juazeiro (BA) às vésperas da eleição em residências marcadas com adesivos de propaganda de Elmar, após intermediação de um vereador aliado. Isso, segundo especialistas, com gura situação de compra de votos.

Continua na pág. 5



Cisternas estocadas em um depósito da prefeitura de Campo Formoso (BA) Fotos Mathilde Missionheiro/Folhapress



Outdoor na entrada de Poços, em Campo Formoso (BA), onde aparecem Elmo Nascimento (prefeito), Elmar Nascimento (deputado federal) e Júnior Nascimento (deputado estadual)

**Conte-não da página 44**  
Muitas vezes, as indicações são divididas entre políticos importantes de cada local. Em Sergipe o ex-deputado federal e presidente estadual da União Brasil, André Moura, indicou o superintendente da Codevasf, Thomas Jefferson França Costa. Já o coordenador do Dnocs, Daniel Rezende, é um nome do deputado federal Gustavo Ribeiro (Republicanos). Responsável por enviar mais de R\$ 13 milhões em emendas de relator em 2021 ao Dnocs de seu estado, Gustavo também usou recursos para beneficiar Lagarto (SE), cidade governada pela esposa, Hilda Ribeiro, com itens como poços e carro-pipa. A prioridade da família agora é fazer um sucessor de Hilda, que já foi reeleita. Entre os nomes cogitados, está a

sobrinha de Gustinho, Rafaela Ribeiro. O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Orçamento de 2023, é outro que emplacou o superintendente da Codevasf de seu estado, o Piauí. No caso dele, o indicado é o próprio Ilo, Marcelo Castro Filho. A companhia executa mais de R\$ 200 milhões em investimentos em barragens, poços, adutoras e cisternas, o que servirá para turbinar o poder de influência do senador nas eleições. Já no sertão de Pernambuco, é o deputado federal Fernando Filho (União Brasil) o representante do clã político Bezerra Coelho que busca transferir a seus aliados um capital político ligado a obras e equipamentos hídricos angariado há décadas por seus familiares e

agora impulsionado pelas emendas parlamentares. Nas eleições de 2024, a família buscará manter o controle de seu grupo político sobre a cidade de Petrolina, beneficiada pelo clã. Os deputados que escolhem enviar suas emendas via Codevasf têm acesso a um catálogo que lembra o de comércios. Ali, há uma breve descrição do objetivo daquele bem e o valor estimado. Um caminhão-pipa tem valores que giram em torno de R\$ 500 mil e R\$ 700 mil. Já os poços saem por valores entre R\$ 95 mil e R\$ 170 mil. As caixas d'água de 2.000 litros são itens mais baratos, estimadas em R\$ 1.500. Apesar do preço, dão visibilidade e capilaridade às entregas dos parlamentares. No ano passado, via Codevasf, foram distribuídos qua-

se 124 mil reservatórios, ao custo de R\$ 28 milhões, sendo que a quase totalidade foi para a Bahia. Do total gasto, R\$ 12,8 milhões foram via emendas de relator, que dificultam identificar os pais do recurso. Se as entregas e influência nos órgãos já afeta as disputas das prefeituras, pode ser o diferencial para a eleição dos próprios parlamentares. Uma busca rápida pela internet retorna com diversos políticos que se intitulam "deputado das águas", "vereador das águas" e "prefeito das águas". No Rio Grande do Norte, em 2022, o então candidato ao Senado Rogério Marinho (PL) se intitulou "senador das águas" e buscou vincular seu nome a obras e entregas de equipamentos hídricos. No governo Bolsonaro, ele foi ministro do Desenvolvimento Regional, ao qual a Codevasf é vinculada, e foi acusado por adversários de ter supostamente usado de modo ilegal a posição para obter apoios. Um de seus oponentes pediu à Justiça Eleitoral a abertura de duas ações de investigação que ainda estão em andamento. Marinho foi eleito e diz que sua atuação foi pautada pela legalidade e por critérios técnicos, e tem "tranquilidade quanto ao desfecho" das investigações eleitorais. A reportagem procurou Arthur Lira, Elmar Nascimento, Fernando Filho, Gustinho Ribeiro e Marcelo Castro mas até a publicação desta reportagem não obteve retornos. A Codevasf disse empregar recursos "provenientes de emendas parlamentares em múltiplas iniciativas de desenvolvimento regional, no âmbito das quais realiza avaliações de adequação técnica e legal e de conveniência socioeconômica".

## xército se nega a explicar sobre uso de software espião

orça recebeu ferramenta utilizada pela Abin, alvo de operação da Polícia Federal no Rio de Janeiro

Fabiano e César Feitoza

**BRASÍLIA** O Exército se negou a dar explicações sobre a compra de softwares de inteligência com dinheiro do GIF (Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro) e a validade do uso dessas ferramentas. Um dos programas adquiridos é o First Mile, que indica a geolocalização de celulares e cuja suposta utilização ilegal pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) é investigada pela Polícia Federal.

A Polícia Federal questionou a Força por duas vezes. A primeira, na quinta (19), antes de a Polícia fazer buscas, prender o casal e afastar servidores da Abin.

A reportagem perguntou quais ferramentas de inteligência a Força recebeu por meio da Intervenção do Rio, mas não houve resposta. Na sexta, após a Polícia expor o uso ilegal do software, o Exército foi procurado novamente. Dessa vez, especificamente sobre eventual compra do First Mile e sua utilização.

"O Centro de Comunicação Social do Exército informa que, em função de previsão legal (Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, em seu artigo 23, incisos V e VIII) não poderá atender à solicitação apresentada", respondeu.

A previsão legal citada é referente à LAI (Lei de Acesso à Informação). Os dois incisos apontados pelo Exército dizem respeito a casos em que há classificações de informações como sigilosas. Um deles estabelece possibilidade de sigilo em casos que possam "prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas". O outro trata de divulgação que possa "comprometer atividades de inteligência ou escalização em andamento".

O próprio Gabinete de Intervenção do Rio de Janeiro, porém, com o caso em andamento, afirmou que a compra das ferramentas e repasse às Forças Armadas.

"Softwares de inteligência ficaram sob a propriedade das Forças Armadas, mas com a possibilidade de utilização em prol dos órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro mediante necessidade e acordo com a União", disse em nota enviada na quarta (18).

Com o orçamento turbinado, o Gabinete de Intervenção comprou o sistema da empresa Verint Systems, grupo israelense que tinha a fabricação do First Mile sob seu domínio. A intervenção federal pagou quase R\$ 40 milhões para o grupo israelense. Não se sabe, porém, se o valor foi gasto somente com a aquisição desse programa ou se outros sistemas estavam incluídos.

Apesar de a compra realizada não estar no âmbito da intervenção, o software não foi utilizado somente para o combate ao crime organizado e coube a administração do Exército.

Outras ferramentas do tipo são utilizadas pelo Comando de Defesa Cibernética. Em 2021, o Exército comprou a ferramenta Cellebrite, que permite extração de dados de celulares. Não houve explicação sobre a validade da aquisição desse software.

A intervenção teve como responsável o general Walter

Braga Netto, ministro da Casa Civil e da Defesa no governo de Jair Bolsonaro (PL) e vice em sua chapa em 2022.

Cotado como candidato do PL para a Prefeitura do Rio em 2024, Braga Netto é investigado por desvios em contratos da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e teve o sigilo telemático quebrado pela Polícia Federal.

Nesse caso, o centro da investigação é a atuação de empresas de militares na intermediação de contratações da Intervenção Federal do Rio.

Segundo a Polícia Federal, o general da reserva Paulo Roberto Corrêa Assis, 81, vendeu influência sobre Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão e Braga Netto para destravar a contratação de coletes balísticos.

Já o coronel Robson Queiroz, subordinado por mais de dois anos a Braga Netto, recebeu R\$ 25 mil da empresa investigada sob suspeita de corrupção nos contratos da Intervenção no Rio de Janeiro.

Queiroz foi nomeado em dezembro de 2016 para o Comando Militar do Leste, a pedido de Braga Netto.

O ex-ministro de Bolsonaro afirmou em nota que "os citados, apesar de contemporâneos do general Braga Netto, estiveram com ele em momentos esporádicos e em situações rigorosamente republicanas."

Sobre a suposta fraude na intervenção, o texto diz que o general "não teve qualquer envolvimento direto na decisão" e que havia "estrutura específica para tratar dos vários processos de aquisição do Gabinete de Intervenção".

No caso da Abin, a Polícia também investiga a intermediação do contrato de compra com o dinheiro da Intervenção do Rio por empresa ligada a militares e seus parentes.

De acordo com a Polícia, um dos representantes da empresa que vende o First Mile é Caio Cesar dos Santos Cruz, filho do general da reserva Santos Cruz — também ex-ministro do governo Bolsonaro.

Caio foi alvo de buscas e prestou depoimento à PF. Em nota, Santos Cruz afirmou que foi surpreendido. "Nunca houve qualquer ilegalidade no trabalho dele [Caio Cesar]. Ainda não houve acesso ao inquérito. Com os dados em investigação da Polícia Federal e a Justiça", disse.

Assis não respondeu à reportagem. Queiroz não foi encontrado para comentar o caso.



**CIDADE DE SÃO PAULO**

**EstúdioFOLHA**

Preferiu obter financiamiento de R\$ 2,5 bil para substituir parte da frota por ônibus elétricos



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Para acessar a versão do material online:

Reportagem inicial

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/emenda-parlamentar-amplia-abismo-no-acesso-a-agua-com-abandono-e-desperdicio.shtml>

Íntegras de todas as reportagens

<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/politica-da-seca/#10>

Credenciais de acesso

Login1: [artur.neto@grupofolha.com.br](mailto:artur.neto@grupofolha.com.br)

Senha: Folha123!

Login 2: [premiojornalismo2021@gmail.com](mailto:premiojornalismo2021@gmail.com)

Senha: Folha123!

Link para o documentário que faz parte da série:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/semi-arido-sofre-com-distorcoes-turbinadas-por-emendas-veja-documentario-sobre-acesso-a-agua.shtml>